

O grande ditador

Sob o comando de
Bush, os Estados Unidos
ameaçam o mundo

Universidade brasileira:
urgência e ruptura

**Ricardo Carneiro: "É preciso
uma nova batalha contra o
medo"**

Bienal da UNE: uma nova
identidade para o Brasil

Índice

Editorial

01. A guerra deles e a nossa



Universidade

04. Urgência e ruptura

07. Cota: caminho para a democratização?

08. “A chave está na garantia de recursos”

11. O fim da caixa-preta



Outro país, outro mundo

14. Os Estados Unidos contra o mundo

18. Paz na terra

20. Uma voz contra a mercantilização

22. A herança da privatária

24. A América Latina olha para o Brasil

26. A nova batalha contra o medo



Cultura

30. Uma nova identidade para o Brasil

32. O encontro do Brasil consigo mesmo

34. A Bienal do novo tempo

36. O sertanejo que escreveu sobre a alma do Brasil

37. Desde que o samba é samba

38. O guerreiro contador de história



Humor

40. Humor: Rico



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente – Felipe Maia

1º Vice-Presidente Nacional – Ademário Sousa Costa

2º Vice-Presidente Nacional – René François Batista Rodrigues

Secretário-Geral – Marcello Mota Gadelha

1º Secretário – Hermano Rocha de Melo

2º Secretário – Luis Cláudio Messa Longo

Tesoureiro Geral – André Fettermann Coutinho

1º Tesoureiro – João Luís Grando

Diretora de Comunicação – Fabiana de Souza Costa

Diretor de Escolas Particulares – Saneý Santos Sampaio

Diretor de Escolas Públicas – Anderson de Souza Campos

Diretor de Políticas Institucionais – Danilo Moreira

Edição

Reportagem: Antonio Martins, Gabriela Moulin, Luciana Bento, Pedro Venceslau, Renata Mielli e Renato Barreiros

Texto final e edição: Gisela Mendonça

Projeto gráfico e editoração: Maria Fígaro

Ilustrações: Vicente Mendonça

Impressão e acabamento: Editora Três

Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana
– São Paulo – SP – CEP: 04101-200
Fone/fax: (11) 5574-7821

Sítio na Internet:
www.estudantenet.com.br

Endereço eletrônico:
revistamovimento@une.org.br

EDITORIAL

A guerra deles e a nossa

O mundo assiste, com sentimento que varia entre revolta e assombro, o massacre promovido no Iraque pelas tropas anglo-americanas. Indiferentes às vítimas civis, às depredações de um patrimônio histórico e arqueológico de quase 5 mil anos e às grandes manifestações em todo o mundo, os Estados Unidos lideram agora, depois de ocupar e arrasar o Iraque, a luta desenfreada pelo espólio da guerra – o petróleo e a reconstrução do país, disputados pelos grandes conglomerados norte-americanos, sob protestos de outros países.

As bombas que arrasaram Bagdá custaram bilhões e alimentaram a enorme indústria bélica da maior economia do planeta. Os poços de petróleo agora ocupados por “parceiros” americanos renderão outros bilhões. A ocupação de um país estratégico no Oriente Médio rendeu, sobretudo, a reafirmação dos Estados Unidos como país hegemônico no globo e o fim da multilateralidade. Mesmo quando não restar qualquer resistência das forças iraquianas, essa guerra não terá acabado. O avanço do império exige de todos que lutam por um mundo diferente, uma grande reação.

No Brasil, também travamos nossas batalhas. Vencemos uma primeira, que resultou na eleição de um governo comprometido com causas populares e com mudanças profundas no país. A batalha em curso é justamente para que o que foi esperança na campanha se torne um projeto concreto de desenvolvimento nacional. A luta é grande, já que as forças que durante quase uma década dominaram o país continuam vivas e com poder bastante para pressionar o novo governo para que seus interesses continuem valendo. A herança deixada é pesada e impõe limitações enormes.

Por isso, os estudantes brasileiros estão aí para apoiar e pressionar pelas mudanças e pela ruptura com o passado. Neste número da **Movimento**, falamos dessas rupturas necessárias – na Universidade, na cultura e na economia. Nosso movimento e nossa **Movimento** será, daqui em diante, um canal de debate e de luta para vencermos essa guerra e construirmos um novo país.

Felipe Maia

Presidente da UNE

Assine com 50% mais!

Imperdível!

Você assina por um ano e
recebe mais 6 meses **GRÁTIS**.

Mais informação com mais economia.
Veja o exemplo.

oferta
3101

- IstoÉ nas bancas - 78 edições = R\$ 507,00
- Assinando agora = R\$ 349,30
- Parcelado em = 7x sem juros.
- Desconto de = R\$ 157,70
- Equivale a = 24 edições GRÁTIS

Ligue e assine:
(11) 3618-4566

de 2ª a 6ª, das 8h00 às 20h00. Sábado,
das 9h00 às 15h00. Informe a oferta 3101

Se preferir, assine pelo site:

www.editora3.com.br/assinaturas



CARRO MASCULINO? CARRO FEMININO? conheça o sexo do automóvel

MOTOR SHOW
O projeto secreto da Fiat
Um jipe

EXCLUSIVO
Go! Total Flex
Alcool ou Gasolina? Tanto faz, a VW lançou o carro que funciona com qualquer mistura

Tuning
SUBARU COM 300 CV

Design
FORD MAVERICK 2003

50% mais! Apenas 6x de **R\$ 14,50**
▶ 18 edições

Concorra a uma viagem a Patagônia Chilena

Planeta

A Força da Sugestão Mental

Como Tiberius Como Educar Nossos Filhos

O Brasil de Lata Um País do Terceiro Milênio

50% mais! Apenas 6x de **R\$ 12,50**
▶ 18 edições

Água na Boca

File de frango

DOCES LIGHT
encaxe especial

PODEFITONE
fada o sabor da festa

COZINHE COM
MENDO SAL

LENTILHAS
deliciosas em pratos
rápidos e fáceis

50% mais! Apenas 6x de **R\$ 13,50**
▶ 18 edições

PRT-SPM-7342/01
UP AC LAPA
DR/São Paulo

CARTA-RESPOSTA
Não é necessário selar.

O selo será pago por:
GRUPO DE COMUNICAÇÃO TRÊS S/A

05049-999 São Paulo - SP

cole **A** em (B)

- 1 Preencha o cupom.
- 2 Recorte na linha pontilhada.
- 3 Cole **A** em **B**.
- 4 Envie pelo correio, o selo já está pago.



Sim, quero assinar minha revista preferida e garantir 6 meses a mais na minha vigência.

Escolha sua revista preferida.

- | | | |
|---------------------------------------|--|---|
| <input type="checkbox"/> IstoÉ | <input type="checkbox"/> 7x de R\$ 49,90 | <input type="checkbox"/> À vista R\$ 349,30 |
| <input type="checkbox"/> Gente | <input type="checkbox"/> 7x de R\$ 46,50 | <input type="checkbox"/> À vista R\$ 325,50 |
| <input type="checkbox"/> Dinheiro | <input type="checkbox"/> 7x de R\$ 49,90 | <input type="checkbox"/> À vista R\$ 349,30 |
| <input type="checkbox"/> Planeta | <input type="checkbox"/> 6x de R\$ 12,50 | <input type="checkbox"/> À vista R\$ 75,00 |
| <input type="checkbox"/> Água na Boca | <input type="checkbox"/> 6x de R\$ 13,50 | <input type="checkbox"/> À vista R\$ 81,00 |
| <input type="checkbox"/> Motor Show | <input type="checkbox"/> 6x de R\$ 14,50 | <input type="checkbox"/> À vista R\$ 87,00 |

Seus dados

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Fone (Com.): () _____ Fone (Res.): () _____

E-mail: _____ Data de nascimento: ____/____/____

CIC: _____

Assinale sua forma de pagamento:

Mais 6 meses de informação, por nossa conta!

Cartão de Crédito



Nº do cartão: _____ Val.: _____

Nome do titular: _____

Débito em Conta

Banespa Bradesco Banco do Brasil Unibanco CEF Real

Agência _____ nº da conta _____

Boleto bancário

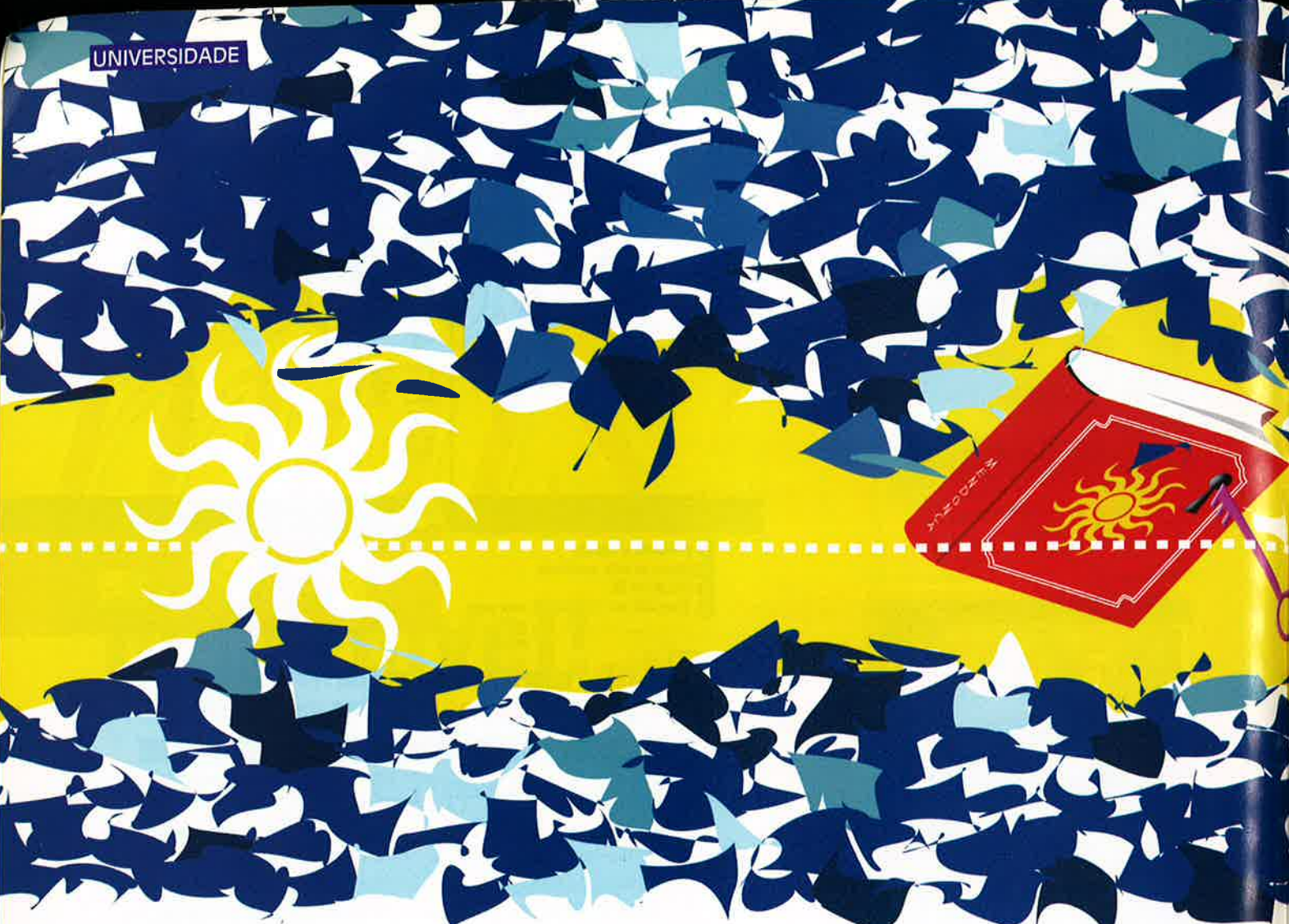
Data: ____/____/____ Assinatura: _____

OPERA
3101
VALIDADE
30/06/2003
Após esta data,
entre em contato
(11) 5018-4560

Não é preciso selar. Basta destacar como indicado e colocar em qualquer Agência ou caixa coletora dos Correios.

cole Bem (A)





No novo governo, deve necessariamente existir uma nova universidade, com papel estratégico em um projeto de desenvolvimento nacional.

Para isso, a comunidade universitária busca resolver suas urgências e construir o caminho de ruptura com o modelo anterior

Por Pedro Venceslau e Renato Barreiros

Urgência e ruptura

Em 1985, quando a ditadura chegou ao fim no Brasil, um grande debate abriu-se na universidade brasileira: era preciso uma reforma universitária, que colocasse fim aos profundos desvios e arbitrariedades presentes no ensino superior, fruto da política desenvolvida por mais de vinte anos de regime militar. O que veio depois foram alguns avanços – com o fim da indicação de reitores e a eleição direta em várias instituições, por exemplo. Mas vieram também sucessivos governos neoliberais, que impuse-

ram à universidade sua visão de mercado e de falta de compromisso com a educação pública.

Com a eleição de Lula, finda-se um ciclo, tal como aconteceu na década de 80, e o debate sobre a reforma recomeça. Trata-se de achar um novo lugar para a universidade, que sempre se insere dentro de um projeto maior, de desenvolvimento (ou de subserviência) do país. Agora, mais do que nunca, uma reforma universitária diferente tem condições de sair do papel para se tornar política e medida concreta. “Vivemos

viveu mais de oito anos de uma política deliberada de sufoco para as universidades públicas e privilégio para o desenvolvimento do ensino superior privado. A demanda é grande, e vem de todos os setores.

Talvez por isso, o primeiro gesto do ministro da educação, Cristovam Buarque, foi abrir as portas do seu gabinete. Depois de oito anos mantidos à margem do debate e da elaboração de políticas para a universidade brasileira, professores, reitores e estudantes foram, finalmente, chamados para o diálogo. “O ex-ministro, Paulo Renato de Souza, só nos recebia em época de greve, mesmo assim para pedir que o problema fosse rapidamente resolvido”, conta Paulo Speller, reitor da Universidade Federal do Mato Grosso e presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino).

Os primeiros temas que surgiram no governo Lula foram de ordem orçamentária. “A falta de recursos está inviabilizando o dia-a-dia das Universidades federais. O governo deve também prestigiar os professores, trabalhar com a cabeça, o coração e o bolso. E, como afirmou o Ministro, hoje o que se vê é que eles estão com o coração desmotivado, a cabeça despreparada e o bolso descontente”, afirma o senador Hélio Costa, vice-presidente da Comissão de Educação do Senado Federal.

Essa é também a primeira demanda dos reitores das universidades federais. Com a palavra, Paulo Speller: “A meta esse ano é regularizar o repasse e pagar as dívidas em atraso”. Esse primeiro passo deve amenizar um pouco a crise aguda instalada na rede pública federal de ensino superior. Em números, o MEC precisa gastar, no mínimo, R\$ 470 milhões por ano para pagar o custo com manutenção das federais. Compromisso que o governo anterior não cumpriu, deixando o débito para o atual.

Recuperar a universidade e ampliar o investimento em infra-estrutura são medidas fundamentais para uma das principais saídas para democratizar o acesso ao ensino superior – a ampliação das vagas, particularmente nos cursos noturnos das universidades federais. “Precisamos

“Ampliar o financiamento para as universidades públicas é a única maneira



Foto: arquivo UNE

de garantir a efetivação da missão da universidade e de implementar um verdadeiro projeto de autonomia universitária”.

Felipe Maia, presidente da UNE

“R\$ 470 milhões serão usados apenas para a manutenção básica.



Foto: arquivo UFMG

Precisamos de dinheiro para reformar e ampliar bibliotecas, informatizar o campus, melhorar a infra-estrutura e contratar mais professores. Só assim poderemos ampliar as vagas, sem deteriorar a qualidade dos cursos”

Paulo Speller, reitor da Universidade Federal do Mato Grosso e presidente da Andifes

“Nos últimos oito anos, para manutenção da instituição, as Universidades deveriam ter recebido pelo



Foto: arquivo UFSCAR

menos 40% a mais de recursos do Governo Federal. Essa redução dificultou não só a manutenção como o seu crescimento. Isso também acontece com o quadro de servidores.” **Oswaldo Batista Duarte, reitor da Universidade Federal de São Carlos**

“O recurso existe, o que falta fundamentalmente é uma decisão política de se levar a educação superior a sério.



Foto: arquivo ANDES

Em qualquer conta que se faça o governo não cumpre os 18% previstos na Constituição”. **José Domingues de Godói Filho, vice-presidente da Andes**

ra

um momento em que o Brasil retoma uma política de desenvolvimento nacional diferente das anteriores. No governo Lula, a política de desenvolvimento nacional deve ser caracterizada pela distribuição de renda no país, e a reforma universitária deve se colocar a serviço deste projeto”, avalia Felipe Maia, presidente da UNE.

Diálogo aberto

Ao lado da perspectiva de mudanças profundas no papel da universidade, aparecem as urgências, num país que

de um programa que garanta recursos. Esses R\$ 470 milhões serão usados apenas para a manutenção básica. Precisamos de dinheiro para reformar e ampliar bibliotecas, informatizar o campus, melhorar a infra-estrutura e contratar mais professores. Só assim poderemos ampliar as vagas, sem deteriorar a qualidade dos cursos”, explica Speller. Segundo ele, esses recursos devem vir do CT - Infra, o fundo de infra-estrutura do Ministério de Ciência e Tecnologia, e do BNDES.

“Nos últimos oito anos, para manutenção da instituição, as Universidades deveriam ter recebido pelo menos 40% a mais de recursos do Governo Federal. Essa redução dificultou não só a manutenção como o seu crescimento. Isso também acontece com o quadro de servidores. Na UFSCar temos um déficit de aproximadamente 100 docentes e 250 servidores técnico-administrativos. Se a meta é a de ampliação das vagas no ensino público, é preciso reverter tal situação”, complementa Oswaldo Batista Duarte, reitor da Universidade Federal de São Carlos.

Em busca de recursos

O aumento das verbas destinadas às instituições públicas de ensino também é uma bandeira antiga e uma das principais reivindicações do movimento estudantil. “Apenas 30% dos estudantes universitários brasileiros estudam em universidades públicas, o que representa 11% dos jovens em idade de cursar o ensino superior. Ampliar o financiamento para as universidades públicas é a única maneira de garantir a efetivação da missão da universidade e de implementar um verdadeiro projeto de autonomia universitária”, diz Felipe Maia, presidente da UNE.

Emergência à parte, é consenso entre governo e movimento, tanto docente quanto estudantil, que em longo prazo o percentual do PIB destinado à educação deve aumen-

tar. A meta inicial do governo Lula é chegar aos 7% até o fim do mandato e preparar as bases para esse número chegue aos 10% no próximo mandato.

O ministro Cristovam Buarque já pediu, na audiência pública no Senado, mais dinheiro para educação. Entre as propostas e medidas anunciadas, pediu R\$ 20 bilhões para sua área no orçamento do ano que vem. A intervenção foi bem recebida pelos senadores. “Vamos fazer um grande trabalho parlamentar para sensibilizar os deputados e senadores e conseguirmos incluir essa verba no orçamento da educação”, prometeu o senador Hélio Costa.

Na Câmara, o clima favorável às propostas do ministro parece ser o mesmo. “A Comissão de Educação vai trabalhar em fina sintonia com o Ministério. Todas as emendas procurarão contemplar setores da educação que realmente precisam de verbas para não perder qualidade”, promete o presidente da Comissão de Educação da casa, deputado Gastão Vieira. Para a Andes (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), o novo governo deve pôr em prática o que já é lei. “O recurso existe, o que falta fundamentalmente é uma decisão política de se levar a educação superior a sério. Em qualquer conta que se faça o governo não cumpre os 18% previstos na Constituição”, afirma José Domingues de Godói Filho, vice-presidente da entidade.

No rumo da mudança

Os estudantes, assim como os reitores e professores, também se articulam para cumprir seu papel na batalha por mudanças na universidade. Foi o que aconteceu no 52º Conselho Nacional das Entidades Gerais da UNE que aconteceu em São Paulo, no último mês de abril. No centro das discussões, esteve a reforma universitária.

Nunca o movimento estudantil esteve tão perto da tão sonhada mu-

dança na relação de poder nas decisões tomadas na universidade. Nos anos 60, a luta pela reforma universitária, que foi interrompida pelo golpe militar, sonhava acabar com a lista tríplice na escolha dos reitores e instituir eleições diretas, mudar a estrutura política interna, ampliar a democracia nos processos decisórios e fortalecer a assistência estudantil.

As bandeiras levantadas no Coneg resgataram o sonho de 40 anos atrás, além de exigir o aumento significativo de vagas nos cursos noturnos – apenas 24% das vagas oferecidas pelas universidades públicas são nesse período – e a obrigação do Estado em ocupar todas as vagas ociosas.

Alguns dias depois do encontro, o ministro Cristovam Buarque anunciou, na audiência pública no Senado, que havia enviado um projeto de lei para o Ministério da Casa Civil dando autonomia para que cada universidade decida sobre o seu processo eleitoral internamente, pondo fim às listas tríplexes. Outra proposta enviada foi a autonomia para que cada instituição decida como será o seu processo seletivo. É o fim da obrigatoriedade do vestibular. Cristovam pregou ainda o aumento da média salarial dos professores, a reorganização do sistema de hospitais universitários, o fortalecimento do sistema de ensino a distância e mais autonomia financeira para as federais operarem seus orçamentos.

“Foi um primeiro passo, sem dúvida um avanço. O ministro já tinha se comprometido com a UNE a adotar essas medidas. A autonomia para que as universidades decidam sobre o vestibular e sobre seu processo eleitoral é uma bandeira histórica”, avaliou Felipe Maia. O pacote de intenções, contudo, é visto por ele com algumas ressalvas. “Não é possível ter autonomia com os docentes tendo direito a 70% dos votos. Precisamos retirar essa cláusula da LDB e dar direito iguais a estudantes e professores”, conclui.



Dermeval Saviani é professor emérito da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas e um dos grandes estudiosos sobre política educacional no Brasil. Nesta entrevista à **Movimento**, ele fala sobre o papel da universidade pública, os desafios do novo governo para recuperar o ensino superior e defende a duplicação dos recursos investidos em Educação

Por Pedro Venceslau

“A chave está na garantia de recursos”

O governo Lula herdou grandes problemas no sistema de ensino superior, com salários de professores defasados, falta de verba de manutenção, poucos recursos para investimento em pesquisa. Que caminhos o governo deve trilhar para resgatar a dignidade do sistema público de ensino superior?

A meu ver, a principal medida a ser tomada diz respeito à garantia dos recursos orçamentários, o que implica na elevação significativa do percentual do PIB investido em educação em termos globais. Minha proposta para o Plano Nacional de Educação indicava a necessidade de se duplicar imediatamente o montante dos recursos, o que permitiria aten-

der às prioridades relativas à educação básica sem prejudicar os investimentos públicos no ensino superior. Com essa política de investimentos seria possível, além de manter ativas as atuais funções das universidades públicas, engajá-las fortemente em projetos ligados à realização das prioridades mencionadas no âmbito da educação básica.

Qual o papel da universidade pública em um projeto de desenvolvimento nacional?

Além dos aspectos da produção científica e da formação de profissionais qualificados, a universidade desempenha papel importante na elevação do nível cultural da população, de modo geral, com reflexos positivos no grau de consciência política e no exercício da cidadania.

Qual a importância da expansão de vagas na universidade pública para esse projeto?

Como se sabe, as universidades públicas são responsáveis por mais de 90% da ciência produzida no país. Seus cursos possuem, pois, qualidade nitidamente superior aos das instituições particulares. Assim, a expansão das vagas nas universidades públicas acarretará a formação de um número maior de profissionais bem qualificados, o que repercutirá positivamente no desenvolvimento do país. É claro que, para que a qualidade não seja prejudicada, a expansão das vagas deverá ser acompanhada proporcionalmente da ampliação das instalações, das condições de trabalho e do número de docentes. E, atendidos esses requisitos, haverá igualmente uma expansão da produção científica do país, o que é de fundamental importância para o seu desenvolvimento.

O ministro Cristovam Buarque enviou à Casa Civil um projeto de Lei que dá total autonomia para as universidades decidirem os critérios de eleição de reitor. Qual sua opinião sobre a medida?

Entendo que essa idéia está em consonância com o princípio da autonomia universitária, garantido pela Constituição Federal. Assim, penso que se trata de uma medida positiva, já que a autonomia é uma aspiração da comunidade universitária que se empenhou para que fosse inscrita na Constituição. O importante é que as universidades sejam capazes de exer-

cer de forma consciente e responsável essa prerrogativa, encarando-a como um instrumento a serviço das necessidades educacionais, científicas e culturais da população brasileira.

O ministro também quer que as universidades decidam internamente como será o vestibular. O senhor aprova essa idéia?

De fato, parece-me que isso já acontece com os atuais vestibulares. Com efeito, cada universidade, ou já tem a própria comissão de vestibular que cuida das normas, critérios e procedimentos para a realização das provas, ou integra, por decisão própria, um sistema comum do qual participam diferentes instituições, como é o caso, por exemplo, da Fuvest. Talvez, com essa medida, o ministro esteja pretendendo que cada instituição seja estimulada a formular modelos próprios e diferenciados de processos seletivos, escapando a um modelo comum como é aquele que prevalece hoje.

Como corrigir as distorções do atual vestibular?

O melhor antídoto para as distorções do vestibular é uma educação básica de boa qualidade. Assim, com um bom ensino fundamental público universalizado, seguido de um forte ensino médio, também público, perderiam razão de ser as indústrias dos cursinhos. O próprio acesso ao ensino superior poderia decorrer dos resultados obtidos com a conclusão do ensino médio, limitando-se o recurso aos exames vestibulares apenas a casos especiais em que se manifestassem discrepâncias significativas entre a demanda e oferta de vagas. E mesmo nesses casos seria possível recorrer a uma classificação baseada no desempenho dos alunos no ensino médio.

O senhor defende um sistema de avaliação do ensino superior diferente do Provão? Qual?

Considero que o atual sistema de avaliação deve ser inteiramente repensado. Na verdade ele foi arquitetado para manter nas mãos do governo federal o controle de toda a educação do país, desde a educação infantil até a pós-graduação, mediante a avaliação dos resultados, enquanto esse mesmo governo federal procurava se desresponsabilizar da manutenção do ensino, transferindo os seus custos para os governos estaduais e municipais e para a iniciativa privada. Diversamente disso, o que é preciso fazer é implantar um sólido sistema nacional de educação pública baseado no regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, cuja qualidade servirá de parâmetro para a avaliação das instituições particulares que deverão se guiar pelo mesmo padrão. E a avaliação dos resultados da aprendizagem ficará, evidentemente, a cargo das próprias instituições de ensino. Periodicamente poderão ser utilizados instrumentos de avaliação baseados em parâmetros internacionais, para efeitos de comparação do desenvolvimento do ensino no Brasil com os demais países.

Como o senhor avalia esse começo de gestão de governo Lula e Cristovam Buarque?

É difícil responder em poucas palavras a essa pergunta. No campo da educação, após o anúncio inicial de algumas idéias controvertidas como as relativas à questão da erradicação do analfabetismo, estamos à espera de medidas mais concretas que sinalizem uma mudança de rumos da política educacional. São compreensíveis, no entanto, as dificuldades próprias desse primeiro ano de gestão, diante das limitações institucionais e principalmente orçamentárias que o novo governo encontrou. O importante é que o medo da reação dos mercados não vença a esperança de mudança com a qual o novo governo foi eleito.



O fim da caixa-preta

O ensino superior privado, que abriga a maioria dos estudantes universitários no país, é responsável também por problemas gigantes – qualidade duvidosa, falta de regulamentação e controle, mensalidades abusivas, ausência de democracia. O grande desafio é pôr fim à caixa-preta e estabelecer mecanismos de controle social

Por Gabriela Moulin

Hoje, 1,8 milhão de estudantes frequenta os bancos escolares de instituições privadas de ensino superior. Este número representa a grande maioria dos estudantes universitários brasileiros. É uma rede complexa, que abriga desde universidades tradicionais, como as PUCs, até instituições isoladas, que oferecem poucos cursos de qualidade no mínimo duvidosa.

Segundo um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o setor privado é responsável pela maior parte da educação superior brasileira, com quase mil instituições (IESP) espalhadas por todo o país. Para fazer um curso universitário em uma dessas escolas, o aluno desembolsa um valor que varia entre 4 e 9 mil reais anuais, dependendo da área. O custo médio da área das ciências sociais aplicadas, que representa a metade dos alunos do setor privado, é de

5.300 reais anuais. Usando este valor como referência, o BNDES estima que o ensino superior privado brasileiro movimentava uma indústria de aproximadamente 10 bilhões de reais anuais, ocupando cerca de 200 mil pessoas, dos quais 115 mil em “funções docentes” e 85 mil funcionários administrativos.

O problema agora colocado para o novo governo é regulamentar toda esta indústria, que hoje vive à mercê do “mercado”, sem qualquer tipo de controle, e ainda em franca expansão, graças à política desenvolvida durante o governo Fernando Henrique.

“Com praticamente 70% dos estudantes universitários matriculados no ensino privado, é urgente a regulamentação do setor. O ensino privado precisa cumprir sua missão pública de oferta de ensino de qualidade e de ligação entre ensino e pesquisa”, afirma Felipe Maia, presidente da UNE.

Sob controle

O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, professor Carlos Antunes, afirma que a nova gestão do MEC está trabalhando em cima de quatro linhas estratégicas para regulamentar o ensino superior em geral: qual o papel do ensino superior como estratégia de desenvolvimento nacional; o ensino superior como estratégia de inclusão social; autonomia universitária; controle social sobre instituições públicas e privadas. “A partir destes parâmetros, estamos formando grupos de trabalho e estudo para regulamentar o setor. A educação é uma obrigação do Estado e o ensino privado é uma concessão do Estado. O que ocorre hoje é decorrência de uma

legislação e uma normatização bastante frouxa”, afirma Antunes.

O fato é que a maior parte das instituições de ensino privado passa muito longe do que se considera o modelo adequado para uma universidade. Ali, predominam as instituições isoladas e outras instituições não universitárias; a pesquisa quase não existe; enquanto nas universidades os professores participam das decisões acadêmicas em um complexo sistema de colegiados, o poder nas instituições privadas é centralizado, geralmente nas mãos da direção da mantenedora. Após as discussões, será inevitável estabelecer novas legislações sobre o ensino superior privado.

As normas gerais que regem o

ensino superior brasileiro, tanto público como privado, constam de dois instrumentos legais principais, a Constituição Federal de 1988 (artigos 207, 208, 213 e 218) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996). Além destes, existe um grande número de Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Conselhos Profissionais e outros órgãos, e Portarias Ministeriais que são promulgadas com grande frequência, visando regulamentar e implementar as normas constitucionais e da LDB.

Segundo a professora Madalena Guasco, secretária de Relações Educacionais da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimento de

O grande negócio

O jornal *Valor Econômico* publicou, no dia 22 de abril passado, uma reportagem reveladora sobre o que chama de “indústria da educação”. Fazendo loas à política educacional do governo Fernando Henrique, que permitiu a abertura de escolas com fins lucrativos, o jornal elogia o que chama de “novo e atraente ramo de negócios”.

Um levantamento feito pelo jornal mostra que as dez maiores instituições privadas de ensino superior faturaram R\$ 1,7 bilhão em 2002. A matéria afirma, ainda, que “o retorno médio na atividade varia de 20% a 35%”. Ainda segundo o *Valor*, o faturamento do conjunto de empresas (universidades com e sem fins lucrativos, filantrópicas etc.) triplicou desde 1997, atingiu R\$ 10,5 bilhões em 2002 e deve subir para R\$ 12 bilhões neste ano. “A expansão corrobora a expectativa de que, em um futuro não muito distante, essas instituições se profissionalizem e abram o capital, lançando ações na Bolsa de Valores”, comemora o *Valor*.

A indústria da educação tem aberto caminho também para outro grande negócio – a de consultorias para a área. Adivinha quem está

nessa? Veja o que nos conta a matéria do *Valor*: “O ex-ministro Paulo Renato aposta que esse mercado ainda mudará muito. Por isso, aguarda apenas o término da sua quarentena, no fim deste mês, para abrir as portas de uma consultoria, a Paulo Renato Souza Consultores. ‘As possibilidades são grandes nessa área. Muita gente já enriqueceu com a educação, fazendo até de conta que não tinha fins lucrativos’, diz.”

O ministro que abriu o caminho para o enriquecimento dos empresários da educação vai continuar seu trabalho. O que se espera, do governo Lula, é que a educação deixe, definitivamente, de funcionar segundo as leis do mercado, da bolsa de valores e das consultorias. Enfim, que deixe de ser apenas um grande negócio para empresários e um péssimo negócio para quem ainda depende do ensino privado para fazer um curso superior.

Ensino (Contee), a entidade está discutindo duas possibilidades de regulamentação do setor para apresentar ao governo. “A primeira seria a inclusão de artigos dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que estabelecesse a regulamentação do ensino privado. A segunda é a criação de uma lei própria para o setor”, explica Madalena.

Mudanças no Fies

A UNE já está participando das discussões com o governo e o primeiro grupo do qual está fazendo parte é o grupo de trabalho sobre o Financiamento Estudantil (Fies), que deverá apresentar uma proposta de reformulação do crédito. O grupo foi

organizado em função das propostas apresentadas pela UNE ao governo. “A lógica do Fies hoje é a lógica do financiamento bancário, é preciso criar uma política de democratização do financiamento”, diz Felipe Maia. A UNE tem cinco propostas para a nova configuração do Fies: fim da necessidade do fiador; fim da necessidade de renda mínima para obtenção do recurso; financiamento de até 100% dos estudos; redução da taxa de juro para, no máximo, 4% ao ano; e ampliação do prazo para início do pagamento da dívida, que hoje é de um ano após a conclusão do curso.

Segundo Carlos Antunes, o MEC está desenvolvendo medidas para a ampliação do caráter social do financiamento. “Algumas medidas já

foram tomadas para 2003: serão oferecidas 80 mil bolsas e 20 mil bolsas de fundo a perdido, a serem pagas com serviço social”, afirma.

Para o presidente da UNE, a proposta de pagamento do Fies com prestação de serviço social deve ser melhor estudada. “Precisamos ver de que forma isso se daria, pois isso pode inviabilizar a vida profissional do recém-formado”, diz.

Até agora o orçamento anual do Fies situou-se em torno de 200 milhões de reais anuais, o que permite apenas cerca de 15 mil novos contratos por ano e outros 45 mil de manutenção do sistema. Entre o segundo semestre de 1999 e o segundo semestre de 2001, o Fies efetivou apenas 151.511 novos contratos. Se supusermos que pelo menos 25% dos estudantes do ensino particular são carentes, seria necessário atender a 500 mil estudantes.

Se até agora não existem medidas definidas para deter a expansão desenfreada de cursos na rede privada, a Secretaria de Ensino Superior do MEC já avalia, dentro da lógica de estabelecimento do ensino superior como estratégia de desenvolvimento nacional, quais os cursos estão em expansão no país. O setor privado se especializa em determinadas áreas de formação, deixando outras para o setor público. Metade de seus alunos estão nas chamadas “profissões sociais”, que incluem o direito, a administração, a economia e as ciências sociais. A segunda área em importância é a educação, e a terceira, das profissões associadas à saúde. “Para a abertura de novos cursos precisamos avaliar se é mesmo de administradores e advogados que mais precisamos”, conclui Antunes. Espera-se, portanto, que o credenciamento de instituições no governo seja imediatamente revisto, tendo em vista esta política estabelecida na SeSu.



Os Estados Unidos contra o mu

Ignorando manifestações de milhões em todo o mundo, manipulando a opinião pública e passando por cima de quem pudesse atrapalhar seus planos, os Estados Unidos invadiram o Iraque e inventaram uma guerra com demonstrações de força e arrogância que há muito não eram vistas

Por *Luciana Bento*

“É estranho porque não se vê muita coisa acontecendo no dia-a-dia.

O que realmente rola é um super estímulo por parte da mídia para nos deixar em pânico. É impressionante como, em vez de nos acalmar, eles nos deixam uma pilha de nervos. Outro dia recebemos uma lista aqui no prédio com ‘medidas de segurança em caso de um ataque’: estocar água, comida, vedar janelas com plástico e fita adesiva, andar atento nas ruas, ligar pro 911 em caso de pacotes suspeitos etc.

A impressão que nos passam é a de que podemos ser atacados a qualquer momento e, por isso, precisamos atacar primeiro. Eu senti este clima depois dos ataques de 11 de setembro e, mesmo



ndo



Foto: Stephanie Plick/AFP

assim, não foi tão forte. Que vida é essa? eu me pergunto. Que falsa imagem de grandiosidade, conforto, sucesso eles vendem mundo afora! O clima aqui é de insegurança e neura total!”

O depoimento acima é real e foi dado por uma brasileira que vive em Washington há quatro anos. Suas palavras poderiam ser de qualquer norte-americano que vive nas grandes cidades do país e, nos últimos tempos, precisou interromper sua viagem de metrô para operações de evacuação das estações e foi bombardeado com informações sobre iminentes ataques terroristas.

A disseminação do medo e da sensação de insegurança entre a população norte-americana foi uma das estratégias que George W. Bush utilizou para justificar os ataques contra o Iraque. Foi preciso fazer com

que as pessoas acreditassem que os jamais encontrados mísseis de longo alcance iraquianos estavam chegando nos Estados Unidos e que, por isso, a guerra teria sido inevitável. Mas esta é apenas a face caseira da grande estratégia de intimidação que a maior potência mundial lançou mão nos últimos meses para tentar legitimar o massacre. Há outras.

A maior e mais vistosa foi a desmoralização pública que Baby Bush infligiu à Organização das Nações Unidas. Apesar de a diplomacia norte-americana ter empenhado esforços para convencer os países que formam o Conselho de Segurança da ONU a autorizar o ataque, vários países economicamente importantes como a França, Alemanha e China se posicionaram contra a invasão militar. Mas isto foi pouco para os Estados Unidos, que simplesmente pas-

saram por cima da decisão da organização e bombardearam e invadiram o Iraque assim mesmo.

“O mais preocupante é que o Conselho de Segurança da ONU não tem condições de punir a atitude de desrespeito a que foi submetida, o que escancara a situação de total irrelevância e impotência da organização perante a vontade dos Estados Unidos. O país demonstrou que não precisa da autorização de ninguém para defender os seus interesses”, avalia o professor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Geraldo Cavagnari.

Para ele, o ataque ao Iraque abriu um sério precedente, já que nações que tiverem força suficiente para bancar ações semelhantes, como a emergente China, não terão motivos para respeitar a ONU.

“Apesar de seus defeitos, não há

como negar que a ONU funcionou como câmara de descompressão de tensões internacionais na turbulenta segunda metade do século 20. Agora, vislumbrando a possibilidade do seu declínio, sentimos como é apavorante encarar um mundo sem instância com autoridade para gerar mediação, consenso e concórdia”, alerta o historiador e professor da USP Nicolau Sevchenko em artigo publicado originalmente no jornal *Folha de S. Paulo*.

Vozes dissonantes

Mas não foi apenas a resolução do Conselho de Segurança que o governo norte-americano ignorou. Protestos contra a guerra pipocaram pelos quatro cantos do mundo, inclusive dentro dos Estados Unidos. Ilustres e anônimos se levantaram contra a guerra em palcos que variaram entre a festa do Oscar e as ruas das grandes cidades – surpreendendo o planeta com mensagens antiimperialistas e lembrando as grandes manifestações contra a Guerra do Vietnã nos anos 60.

Os protestos globais, que reuniram milhões de pessoas simultaneamente em dezenas de países, começaram a ser articulados na 3ª edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e logo se tornaram a maior onda de protestos coordenados já realizada no mundo.

Um dos pontos altos desta avalanche de protestos foi o discurso do documentarista Michael Moore na noite do Oscar. Ganhador da estatueta com o seu *Tiros sobre Columbine*, Moore destilou seu veneno contra Bush, sua eleição fraudada e a política “de ficção” que impõe ao mundo nos poucos segundos destinados aos tradicionais agradecimentos.

Moore foi vaiado por parte da seleta platéia de astros e estrelas. Mas também foi aplaudido pelos muitos artistas que fizeram questão de usar o símbolo da paz na lapela e falar contra a absurda guerra que os Estados Unidos lideram. Entre eles, o já esperado e silencioso protesto de Susan Sarandon e Geena Davis e os surpreendentes discursos de

Nicole Kidman e de Adrien Brody. Atitudes ousadas quando se sabe que atores do quilate de Sean Penn foram punidos com a perda de importantes papéis em Hollywood por sua posição contrária à guerra.

“No blood for oil”

Mas afinal o que fez com que a maior potência do mundo passasse por cima de tudo e todos e seguisse adiante em sua posição de atacar este país do Oriente Médio? Um indício dos motivos está a muitos quilômetros de profundidade e é, literalmente, um dos combustíveis que movem a poderosa economia norte-americana: o petróleo.

Para o lingüista Noam Chomsky, uma das principais vozes norte-americanas contra a guerra, são os interesses econômicos e não humanitários que fizeram Bush iniciar o ataque contra o Iraque. “Os Estados Unidos querem tomar posse das fontes estáveis de recursos naturais que existem, e o petróleo é uma delas. O Iraque tem a segunda maior reserva de petróleo do mundo e ter o controle dela colocaria os Estados Unidos numa posição muito poderosa no sistema energético internacional”, afirmou Chomsky em entrevista coletiva no Fórum Social Mundial, da qual **Movimento** participou.

“O governo norte-americano fala em combate do terrorismo, mas como ele qualifica o que fizeram na Nicarágua? E o apoio a ditaduras em países latino-americanos? Foram governos que violaram todos os direitos humanos conhecidos e que tiveram todo o apoio de Washington. Eles só adotam o discurso de guardiães da democracia quando seus interesses geopolíticos estão em jogo”, disparou Chomsky.

Para o lingüista, a ofensiva norte-americana ficou ainda mais agressiva depois dos ataques às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001. Com o álibi do combate ao terrorismo, os Estados Unidos aproveitaram para reorganizar sua posição no cenário internacional.



A opinião de Chomsky é apoiada pelo professor da Unicamp, que completa: “Estamos caminhando para uma nova ordem mundial, que está em gestação desde a queda do Muro de Berlim. A guerra contra o Iraque chocou o mundo porque foi unilateral, a ordem estabelecida foi desafiada. Mas é importante lembrar que os Estados Unidos conduziram quatro guerras na última década, em alguns momentos com o sinal verde da ONU: a do Golfo, a de Kosovo, a da Bósnia e a do Afeganistão”.

Barril de pólvora

Mas não se pode resumir os interesses dos Estados Unidos apenas ao controle imediato do petróleo. Uma grande reorganização da correlação de forças no mundo está em curso, e o Oriente Médio tem importância estratégica para os países ou regiões que se fortaleceram nos últimos tempos.

Neste contexto, os Estados Unidos surgem como a mais poderosa potência econômica e militar do mundo. É o país que praticamente dita a política do planeta hoje e quer manter sua hegemonia a todo custo. No entanto, alguns países e blocos econômicos cresceram e se fortaleceram na última década, sinalizando que mudanças podem acontecer ainda na primeira metade do século 21.

“Mas é importante ter muito claro que ainda há um longo caminho até que o império americano caia. É difícil vislumbrar uma vitória imediata contra os Estados Unidos no campo militar. Podemos até ter vitórias políticas, mas a supremacia militar do país é inquestionável”, avalia o romancista paquistanês Tariq Ali, editor da influente revista *New Left Review* e um dos maiores estudiosos do Oriente Médio da atualidade.

De todo modo, a Europa tem demonstrado força em sua tarefa de unificar o continente em um único bloco econômico. Ano que vem mais dez países entram oficialmente na União Européia, com a perspectiva de criação

de uma Constituição comum. Por outro lado, a China surge como a grande potência do século 21, na avaliação de analistas internacionais – fazendo com que os Estados Unidos ajam rapidamente para manter áreas de influência de importância estratégica, como o Oriente Médio e seus bilhões de barris de petróleo.

A superpotência conta com aliados importantes na região, como a Arábia Saudita e o Egito. Mas há países que preferem manter o controle de seu próprio petróleo e impõem restrições às atividades de grandes companhias ocidentais, como é o caso da Síria, do Iraque e do Irã. E sofrem as consequências de tal atitude.

“A Arábia Saudita, por exemplo, tem um regime muito pior do que o Iraque. Mas a verdade é que os Estados Unidos não querem governos democráticos no Oriente Médio, eles preferem ditaduras dóceis, que ajam de acordo com os seus interesses”, explica Tariq Ali. “É preciso haver uma onda de revoluções democráticas no mundo árabe, acredito que as coisas podem mudar daqui para frente. O regime da Arábia Saudita, por exemplo, está bastante instável e a invasão do Iraque vai aguçar esta situação. É certo que as populações dos países árabes não querem a guerra e vão se indispor com os governos que se submetem aos Estados Unidos”.

O certo é que a atitude unilateral dos Estados Unidos ainda vai render muitos capítulos para esta triste novela. Um deles é a possível onda de ataques suicidas não só dentro dos Estados Unidos como em alvos norteamericanos e de países alinhados com sua política. “A tendência é recrudescer o terrorismo islâmico e os alvos potenciais são israelenses, britânicos, norteamericanos e australianos. Mas nós só vamos manter a tendência do último século. Pode não parecer, mas o século 20 foi um dos mais violentos de toda a história da humanidade”, lembra o professor Cavagnari.

Paz na te

A condenação ao ataque dos Estados Unidos ao Iraque, a articulação de movimentos sociais contra a guerra e o avanço no debate das alternativas à globalização marcaram o 3º Fórum Social Mundial

Por **Luciana Bento**

Paz. Estas três letras sintetizam a grande reivindicação dos participantes do 3º Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre de 23 a 28 de janeiro deste ano. Foi pela paz mundial que cerca de 100 mil manifestantes lotaram as ruas da capital gaúcha na abertura do evento e foi por ela que falaram centenas de personalidades, intelectuais, políticos, ativistas e artistas presentes no maior encontro antiglobalização já realizado no mundo.

Na ocasião, as poderosas armas do império ainda não haviam destruído os milenares sítios arqueológicos da antiga Mesopotâmia e milhares de iraquianos, hoje mortos pela guerra, ainda passeavam pelas ruas de Bagdá e outras cidades do país. Mas o risco iminente de um ataque contra o Iraque fez com que o Fórum protagonizasse uma das primeiras e mais representativas manifestações antiguerra – desencadeando protestos gigantescos mundo afora.

Assim, personalidades como o



lingüista norte-americano Noam Chomsky, o teólogo Leonardo Boff, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o romancista paquistanês Tariq Ali, o fundador da Marcha Mundial contra o Trabalho Infantil Kailash Satyarthi, o jornalista e editor do semanário francês *Le Monde diplomatique* Bernard Cassen, o ex-presi-

dente de Portugal e deputado do Parlamento Europeu Mário Soares, o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, a médica cubana e filha do revolucionário Ernesto Che, Aleida Guevara, o físico e ecologista austríaco Fritjof Capra, o ativista francês José Bové, o artista plástico Siron Franco, o sociólogo Boaventura Sousa Santos, os



Foto: Raphael UNE

rra

cantores e compositores Jorge Benjor e Paulinho da Viola, entre muitas outras entidades e organizações, bateram incessantemente na tecla de que um mundo sem guerras é possível.

E, apesar do clamor pela paz ter permeado praticamente todas as atividades do 3º Fórum Social Mundial, o encontro teve outras polêmicas – algumas verdadeiras, outras infladas pela mídia. Uma delas foi a ida do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça. O alvoroço em torno do tema fez com que o presidente brasileiro se explicasse publicamente em Porto Alegre. Foi ovacionado e, ao que tudo indica, convenceu a maior parte dos presentes.

Outro que causou polêmica por onde andou foi o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Ele não foi convidado para o Fórum, mas foi a estrela do encontro durante os dois dias em que apareceu por lá.

Prestigiado por diversos políticos e intelectuais, Chávez falou das razões ocultas para o golpe que sofreu em seu país.

Mas como tudo o que é bom dura pouco, quem ainda não participou terá que esperar até 2005. Ou começar a economizar um punhado de dólares para bater ponto no Fórum de 2004, que acontece na Índia.

A UNE no Fórum

Além de marcar presença nas principais atividades do 3º Fórum Mundial, a União Nacional dos Estudantes pautou mais uma vez a agenda estudantil do encontro. Organizado pela UNE, Ubes e Oclae, o Encontro Internacional dos Estudantes reuniu lideranças latino-americanas, canadenses, européias e representantes do Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino para discutir, entre outras questões, o avanço da mercantilização do ensino público em várias partes do planeta. O encontro foi dirigido pelo presidente da UNE, Felipe Maia, e pela presidente da Oclae, Yanelis Martinez.

Outro debate internacional que marcou a participação dos estudantes no Fórum foi o painel “Perspectivas Futuras dos Movimentos: Novas Concepções e Caminhos na Organização”, sobre as ações e direções dos movimentos sociais. Felipe Maia foi um dos debatedores, juntamente com ativistas de diversas correntes e áreas de militância de países como a Finlândia, Itália, África do Sul, Brasil e Peru.


“As organizações de juventude, sejam quais forem suas áreas de interesse, devem unir forças e criar redes de diálogo para

traçar novas estratégias e organizar jornadas conjuntas de luta”, defendeu o presidente da UNE.

A União Nacional dos Estudantes também teve participação destacada em debates, painéis e discussões com intelectuais e organizações nacionais e latino-americanas, como o organizado pela reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “O Ensino Superior no contexto do Fórum Social Mundial”.

O debate contou com a participação de pesos-pesados, como o ex-reitor da Universidade do Uruguai Jorge Broveto, o representante da Unesco Marco Antonio Dias, o ex-presidente da SBPC Sérgio Ferreira, as reitoras da UERJ, Nilcéia Freire, e da UFRGS, Wrana Panisi, além do presidente da UNE. O debate refletiu sobre o papel da Universidade na sociedade de informação e seu papel estratégico no desenvolvimento de países como o Brasil. A UNE participou ainda, como entidade convidada, da reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que contou com a presença dos ministros da Educação, Cristovam Buarque, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

Uma voz contra a merca

A black and white portrait of Jean-Marc Nollet, a young man with dark hair, wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt. He is looking directly at the camera with a serious expression. The background is dark and out of focus.

O ministro da Educação para a Infância da Bélgica nunca usa gravata, nem mesmo quando se reúne com o primeiro-ministro de seu país. Aos 32 anos, à frente do Ministério há três, **Jean-Marc Nollet** fala gírias, joga vôlei em uma equipe da segunda divisão de seu país, ouve música e vai ao cinema nas horas vagas, como qualquer pessoa de sua idade. Mas quando o assunto é a privatização da educação, o jovem ministro deixa a informalidade de lado e assume uma postura firme. Crítico feroz do Acordo Geral de Comércio e Serviços (Gats), Nollet tem se dedicado a convencer os ministros da Educação dos países da União Européia a rejeitar o acordo. Ele esteve no 2º Fórum Mundial de Educação, onde aproveitou para denunciar os riscos que a educação pública corre e alertar para o curto prazo que temos para tentar reverter os estragos que já foram feitos. Em entrevista exclusiva à **Movimento**, além do Gats, Nollet fala sobre sua militância estudantil, da dificuldade de barrar a influência norte-americana em seu país e de seu encontro com o ministro da Educação brasileiro, Cristovam Buarque.

ntilização

O senhor se tornou ministro de Estado aos 29 anos. Como isto aconteceu?

Acho que dois motivos foram determinantes para isto: uma delas é que faço parte do Partido Verde, que tem uma militância predominantemente jovem. Assim, quando o meu partido integrou a coalizão de governo, os quadros disponíveis eram mesmo jovens.

A outra é a minha militância no movimento estudantil. Eu fui presidente da Federação dos Estudantes Francófonos da Bélgica, que representa universitários e secundaristas da parte francesa do país. Por conta da minha trajetória, de minha participação em manifestações e em lutas em defesa do ensino público e democrático, fui convidado para assumir o Ministério em 1999.

Desde então o senhor tem se levantado contra o Acordo Geral de Tarifas e Serviços, que acontece no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Por que o senhor é contrário ao Gats?

Veja bem, eles pretendem transformar a educação em uma mercadoria. Eles acham que ela é um serviço que deve ser vendido e que nós devemos comprar. A aprovação deste tratado da OMC significa entregar, de mãos beijadas, os pedaços mais rentáveis de nossa educação pública para o mercado. E ainda querem que os países que estão aderindo a este acordo deixem de financiar o ensino

público. Eles dizem que isto se caracteriza como concorrência desleal e que não podem aceitar. Outros propõem que o Estado repasse para os fornecedores privados o mesmo dinheiro que investe na educação pública. Se este acordo for aprovado, os países que aderirem serão obrigados a financiar o ensino básico, que não interessa tanto aos investidores privados, e a liberalizar o ensino superior e tecnológico, por exemplo.

A data limite para os países assinarem o acordo será setembro, na reunião ministerial da OMC em Cancun, México. Como o senhor vê a resistência a esta proposta?

Com exceção da Inglaterra, os países da União Européia estão convencidos de que a liberalização da educação é prejudicial, é uma armadilha na qual não podem cair. Mas precisamos ter certeza de que não assinarão o acordo e para isso a mobilização dos interessados é muito importante. Diversos reitores de universidades européias, canadenses e mesmo norte-americanas mostraram sua indignação com este acordo. As entidades representativas dos estudantes também estão desempenhando um grande papel na denúncia do acordo. Mas são interesses grandes que estão em jogo, precisamos ficar atentos porque é mais fácil prevenir do que reverter.

Como assim?

Nós temos um precedente muito forte, na Bélgica e na França, que foi a discussão sobre subsídios para a cultura. Nós chegamos tarde na discussão e hoje nos encontramos numa situação em que o cinema americano entra em nossos países sem controle algum. Os filmes europeus não conseguem entrar em nosso mercado porque qualquer subsídio ou apoio cultural é visto como protecionismo pela OMC. Então, se aceitamos, fica mais difícil reverter.

Como foi seu encontro com o ministro Cristovam Buarque?

Eu fiquei bastante impressionado com a sua política de combate ao analfabetismo. Eu me informei a respeito porque existem pessoas na Bélgica que não tem acesso às letras. É claro que não tantas quanto no Brasil, mas há imigrantes ilegais que não frequentam a escola e isto nos preocupa. Conversamos também sobre a necessidade de lutar a favor dos serviços públicos de educação. Esta é a única forma de garantir que todos tenham acesso à escola e que ela forme cidadãos e não consumidores. Temos que garantir que os conteúdos ensinados ajudem a formar democratas, pessoas que aprendam para a vida e não para o mercado, para a competição desenfreada, como vemos hoje. Achei a posição do ministro muito boa, acredito que o Brasil vai votar contra a liberalização da educação.

A herança da privataria

A crise do setor energético brasileiro é a ponta do iceberg do problema gigante herdado da era Fernando Henrique – as privatizações desastradas. Para o novo governo, sobra a enorme tarefa de recuperar o setor público

Por Gabriela Moulin

O setor elétrico brasileiro vive em colapso – empresas geradoras de energia estão atoladas no prejuízo, as distribuidoras se dizem quebradas, e a população fica com as altas tarifas e o serviço ruim. O processo de privatização das elétricas durante o governo Fernando Henrique entregou a gerência do setor elétrico nas mãos do mercado, sem planejamento e sem o estabelecimento de uma regulamentação que atendesse aos interesses sociais e necessidades de infra-estrutura nacionais.

O exemplo mais típico do colapso do modelo de privatização das elétricas está na conturbada negociação entre a multinacional norte-americana AES e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AES, controladora da Eletropaulo, deve ao banco aproximadamente 1,2 bilhão de dólares, emprestados para a compra de ações da distribuidora paulista na época da privatização, e tem parcelas do débito em atraso. O caso tem consumido muito tempo em negociações, que ainda não chegaram a um resultado. O BNDES deu prazo até o fim deste mês para a companhia regularizar a situação.

Pepino gigante

A revista **Movimento** procurou o BNDES inúmeras vezes para falar com seu presidente, Carlos Lessa, a respeito do assunto, mas assessores da diretoria disseram que neste momento a instituição não iria dar declarações, pois as negociações estavam em andamento. Em uma palestra, o presidente Carlos Lessa desabafou: “A cadeira que assumi há cerca de 100 dias não é muito confortá-

vel. Imagino ter-me convertido em um hortelão, tal a quantidade de pepinos que venho colhendo, uma safra muito abundante de problemas”. A única garantia que foi dada para a dívida são as próprias ações da Eletropaulo, o que pode levar o Banco a executar a dívida e tomar a empresa – ação que tem o apoio declarado inúmeras vezes à imprensa de Carlos Lessa.

A inadimplência da AES com o BNDES ameaça transformar em prejuízo os resultados do banco neste ano, e resultados negativos poderão levar as agências de avaliação de risco a rebaixar a classificação do banco, aumentando as dificuldades de captação do principal financiador de programas de desenvolvimento do país, que é o BNDES. A instituição tem como uma de suas principais fontes de financiamento o retorno dos empréstimos passados. As parcelas em dívida da AES já supera os 400 milhões de reais, quase 70% do lucro líquido do Banco – que foi de 550 milhões de reais no ano passado.

Mas, se a AES não tem dinheiro para pagar o BNDES, o mesmo não acontece quando se trata de remeter dinheiro à matriz americana: entre 1998 e 2001, saíram do Brasil 318 milhões de dólares em dividendos.

Ou seja, o modelo adotado falhou em todos os sentidos – piorou os serviços, aumentou as tarifas, a privatização foi financiada com dinheiro público sem que qualquer garantia efetiva fosse dada ao BNDES.

Investidor caloteiro

A maracutaia é grande, como lembrou inúmeras vezes o jornalista Elio

Gaspari na *Folha de S.Paulo*. Gaspari conta como o grande “investidor” se transformou, na prática, em caloteiro: “O doutor Pio Borges, ex-presidente do BNDES, figura fácil nas fotografias em que o tucanato batia martelos nos leilões do patrimônio da Viúva, é hoje consultor e defensor público da AES, dona da Eletropaulo. Em 1998, como presidente do banco, emprestou 1 bilhão de reais à empresa. Agora, como sábio, defende os interesses da companhia, que caloteou 85 milhões de dólares”.

O presidente Carlos Lessa tem apresentado uma postura firme e não se propõe a estabelecer a rolagem das dívidas. A preocupação não deve ser apenas com a saúde das contas do banco mas também com a posição estratégica da Eletropaulo, como responsável por 14% do consumo nacional de energia, em uma região de alta concentração industrial. A redução ou o adiamento dos investimentos por parte da AES, como tem ocorrido, põe em risco o desenvolvimento das empresas abastecidas pela empresa norte-americana, que atende a uma região de alta presença da indústria automotiva e outras indústrias de transformação.

O problema é que empresas controladoras como a AES declaram que não farão novos, e diga-se necessários, investimentos no setor mesmo tendo suas tarifas reajustadas muito acima da inflação. Calcula-se que a receita adicional devida aos aumentos acima da inflação seja da ordem de 13 bilhões de reais. E foi esta falta de investimento que causou o grande racionamento dos últimos anos. O consumidor sofre com os preços altos e a falta de conforto e a indústria nacional, com a falta de competitividade.

O governo Lula terá que dar conta de restabelecer o fornecimento de energia como serviço público e disciplinado pelo governo, mesmo que controlado pela iniciativa privada. O caso da AES atesta a necessidade urgente de o governo estabelecer uma política energética para o país.



A América Latina olha para o Br

O abandono das receitas neoliberais, na décima economia do planeta, dará um impulso decisivo às forças sociais e políticas que lutam para pôr fim ao holocausto social em curso na América Latina

Por Atilio Boron*

O triunfo do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial de 2002 no Brasil é um acontecimento cuja importância, para a América Latina, não pode ser subestimada. Não somente pelo fato de que o ungido pelas urnas é um homem surgido das entranhas do Brasil profundo: operário metalúrgico, combativo dirigente sindical, líder e fundador do maior partido de esquerda do Ocidente e um dos principais políticos que fez da crítica ao neoliberalismo uma de suas bandeiras preferidas. Some-se a isso uma segunda observação: a vitória de Lula é a expressão de uma formidável construção política, a do PT, independente de qualquer polêmica que possa ser legitimamente colocada; é também um impressionante processo de mobilização que tomou um extraordinário impulso nos últimos anos no Brasil e do qual o MST é sua mais brilhante – se bem que não a única – expressão.

Por fim, não se deve subestimar a importância dos inimigos que Lula foi semeando durante suas jornadas em direção ao palácio do Planalto. Ele foi o homem a quem os “mercados” – leia-se a classe dominante, os oligopólios e os jogadores que controlam o cassino internacional – sempre atacaram sem piedade, geralmente sob a sutil orquestração de Washington. Lula desconsiderou, com

uma avalanche de votos, a arrogante advertência de George Soros, que aconselhou os brasileiros a não se preocuparem com as eleições porque de qualquer forma os que iriam eleger o futuro presidente seriam os mercados e não o povo. O outro lado da história é a grande expectativa que o triunfo de Lula criou em milhões de latino-americanos que vêm na sua eleição uma chama de esperança que dificilmente poderá ser ignorada.

A vitória de Lula constitui um fato histórico que só pode ser comparado, na segunda metade do século 20, com o triunfo da Revolução Cubana em janeiro de 1959; com o de Salvador Allende no Chile, em setembro de 1970; com a vitória insurrecional – que, infelizmente malogrou – dos sandinistas, em julho de 1979; e com a erupção do zapatismo no México, em fevereiro de 1994. Porém, por mais árduo que tenha sido o caminho percorrido em direção à vitória, suas dimensões quase épicas empalidecem quando se depara com a magnitude dos desafios que deverão ser encarados imediatamente. Era fundamental ganhar as eleições e chegar ao governo. Entretanto, mais importante será construir o poder político necessário para “governar bem”, ou melhor, honrar o mandato popular que exige pôr fim ao pesadelo neoliberal.



Herança pesada

Neste sentido, o PT é o primeiro partido que deve governar, após o estrondoso fracasso das políticas inspiradas no Consenso de Washington, com o mandato para executar um programa pós-neoliberal de reconstrução. Na Argentina, sempre pioneira em matéria de infortúnios, a derrocada do neoliberalismo já foi consumada, mas a alternativa política ainda não é visível. A bancarrota das políticas neoliberais também é evidente no Peru, onde a popularidade do presidente Alejandro Toledo despencou em meio ao estrondo de grandes mobilizações populares. Casos semelhantes têm acontecido na Bolívia, Equador, Paraguai e mesmo no Chile – único exemplo de êxito que exibem os teóricos do “pensamento único” –, onde o panorama econômico de curto e médio prazo apresenta densas e ameaçadoras nuvens. No Uruguai, o colapso da frágil experiência neoliberal é um fato e, embora ainda faltem dois anos para a eleição presidencial, as pesquisas assinalam o triunfo da Frente Ampla. No Brasil a tarefa deve se realizar já, sem nenhuma postergação. O neoliberalismo se esgotou e o povo emitiu uma mensagem definitiva.

Se o neoliberalismo exalta a ditadura dos mercados e reduz a democracia ao triste simulacro ensaiado por seus porta-vozes e servidores, a contundente mensagem que em duas oportunidades enviou o povo brasileiro é que chegou a hora de governar bem. Não será uma tarefa fácil, mas tampouco impossível. Já não se trata, como em 1989, de salvar o Brasil da peste neoliberal que o ameaçava sob o sorriso sedutor de Collor de Melo; ou de resgatá-lo de seus primeiros estragos, como em 1998. Agora, a missão é muito mais complexa porque a “destruição criadora” do capitalismo já ocorreu. A crise do neoliberalismo explodiu com violência na Argentina, depois no Uruguai, depois no Peru, Bolívia e Paraguai. Se o Brasil ainda não chegou a esse extremo, não se pode dizer que esteja longe disso.

Fórmula popular

Para “governar bem” e converter seu triunfo eleitoral – inevitavelmente transitório e reversível – em uma construção política duradoura, capaz de criar novas formas

de sociabilidade, Lula deverá lembrar-se da sábia observação de Maquiavel. Para o florentino só havia duas fórmulas possíveis de governo: a primeira é aquela, inerentemente instável e condenada ao fracasso, que tem como base de apoio e principais beneficiários os magnatas (“mercados”, na linguagem de nosso tempo); e a segunda, mais estável e promissora, repousa no povo e nele encontra seu principal beneficiário e a força motriz que alimenta o governo.

Para resistir às imensas pressões que procurarão desestabilizar seu governo, Lula terá que optar resolutamente pela segunda alternativa, retificando radicalmente o rumo econômico seguido nos últimos anos e responsável, entre outras coisas, pelo fenomenal endividamento externo brasileiro. Esta dívida requer, se não for enfrentada firmemente, que se destine algo além de mil milhões de dólares por semana, durante os próximos três anos, para acalmar a voracidade dos credores internacionais. Um compromisso de tal magnitude deixaria Brasília impossibilitada de fazer qualquer política. Em segundo lugar, o novo governo deverá colocar como seu principal objetivo a solução da gravíssima questão social (lembramos que o Brasil é o país com a pior distribuição de renda do mundo!), condição indispensável para que as promessas de reativação econômica se convertam em realidade.

É fácil compreender que estas medidas terão um grande impacto sobre a América Latina. O abandono das receitas neoliberais, na décima economia do planeta, dará um impulso decisivo às forças sociais e políticas que lutam para por fim ao holocausto social em curso.

Além disso, um Brasil governado por um PT fiel à sua identidade e trajetória histórica será um formidável obstáculo à nova estratégia de anexação imperialista mais conhecida com o nome de Alca. Sem Brasil não há Alca possível e sem a cooperação argentino-brasileira não há Mercosul possível. Impõe-se, assim, uma cautelosa celebração: estamos vivendo um ponto de feliz inflexão para o destino de nossos povos.

Tradução: Celeste Marcondes

** Atilio Boron é argentino, secretário executivo da Clacso – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais*

Brasil



Duas questões resumem as angústias de milhões de brasileiros que se empenharam pela vitória de Lula, e anseiam por sinais de que seu governo significará de fato mudança. Em que momento será alterada a política econômica, até agora fiel aos desejos do FMI e idêntica à que foi rejeitada nas urnas? Teria sido possível, nas condições em que o novo presidente assumiu, seguir outro rumo?

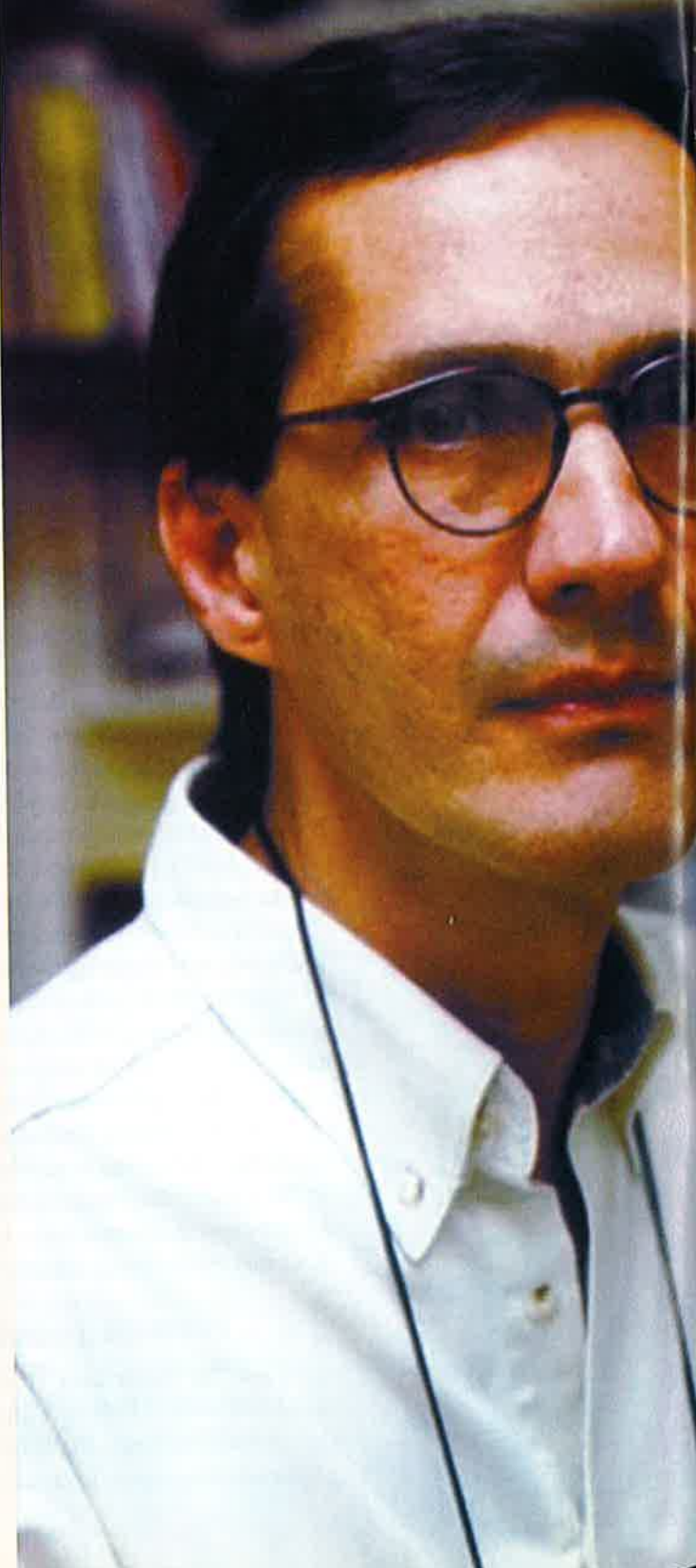
Poucas pessoas reúnem, para responder estas perguntas, as credenciais do professor **Ricardo Carneiro**. Diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Universidade de Campinas, editor da revista *Economia e Sociedade*, ele é também, há anos, um dos economistas mais organicamente ligados ao PT. Coordenou, na campanha eleitoral de Lula em 2002, o grupo de trabalho que redigiu, no Instituto da Cidadania, o capítulo econômico do programa do presidente.

Carneiro conserva as esperanças em Lula e na virada histórica que seu mandato pode representar. Mas vê, na política econômica conduzida pelo governo, desvios em relação ao que se formulou – e se propôs ao país – durante a campanha. Na época, lembra o professor, havia consciência de que um possível governo de esquerda herdaria uma economia muito mais dependente que no início da era FHC, e um Estado com reservas de divisas quase esgotadas. Não se propunha, nestas circunstâncias, uma ruptura com o FMI, uma suspensão do pagamento de juros aos credores ou uma mudança brusca de rumos.

Mas, ainda que a necessidade de um período de transição estivesse clara, havia segurança em relação aos objetivos gerais a perseguir: a recuperação da capacidade do Estado de regular a economia e a criação de um mercado consumidor de massas. Carneiro enxerga, na maior parte das decisões adotadas até agora pelo governo, pouca vontade de atingir estas metas – e muita reverências aos mercados financeiros internacionais. Para recuperar a esperança, diz ele nesta entrevista a **Movimento**, é preciso confiar no país e perder o medo nos que querem mantê-lo submisso.

Por Antonio Martins, Antonio Biondi e Daniel Merli

A nova



batalha contra o medo

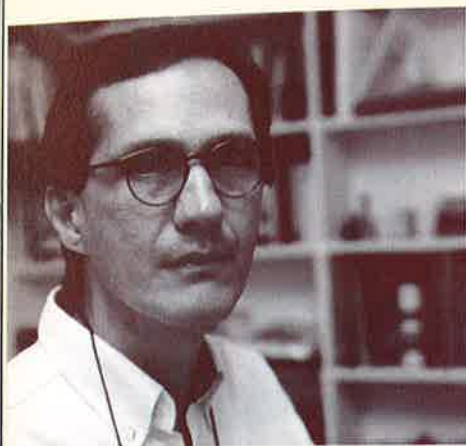
Você poderia resgatar os principais pontos do programa econômico formulado durante a campanha de Lula?

O projeto de desenvolvimento construído ao longo dos últimos anos tem dois conceitos essenciais, claramente expostos no estudo do Instituto da Cidadania sobre saídas econômicas e no segundo capítulo do programa de Lula, lançado em julho do ano passado. Os eixos são a regulação da economia capitalista pelo Estado e a construção de um mercado de massas. Regulação significa retomar o planejamento, usar o Estado como elemento de coordenação e de indução do processo de desenvolvimento. Não se trata de estatizar a economia, mas de definir os caminhos por onde ela avançará, empregando alavancas como bancos estatais, empresas públicas, políticas de desenvolvimento específicas, parcerias com o setor privado. Essa política se assemelha ao desenvolvimentismo, pelo seu conteúdo, embora seja diferente quanto à forma: vivemos numa sociedade democrática, as ações do Estado devem ser transparentes a amplamente debatidas.

Nos documentos da campanha, rejeitávamos claramente, contudo, a noção de que o livre funcionamento dos mercados leva ao desenvolvimento. Esta é uma idéia falsa, e uma grande prova da falsidade é a decadência da América Latina, nas décadas do neoliberalismo.

Quais os objetivos pretendidos com esta nova relação entre Estado e economia?

Ela se materializa em dois eixos básicos: um nacional, ou tecnológico, outro social. O eixo nacional procura melhorar a inserção do Brasil no mundo, tanto do ponto de vista financeiro quanto produtivo. Além de nos submeter a crises financeiras sucessivas, o período neoliberal provocou um retrocesso do perfil produtivo do país. Os próprios economistas conservadores admitem, hoje, que houve uma reprimarização de nossa pauta de exportações. Hoje, 90% dela são constituídos de produtos intensivos em recursos naturais ou em mão-de-obra. É algo inaceitável, até pelo tamanho de nosso mercado interno. O Estado precisa agir com decisão para incorporar novas tecnologias, abrir novas indústrias. O problema é que



“ Durante a campanha, rejeitamos claramente a noção de que o livre funcionamento dos mercados leva ao desenvolvimento. Esta é uma idéia falsa, e uma grande prova da falsidade é a decadência da América Latina, nas décadas do neoliberalismo ”

os setores que empregam tecnologia de ponta quase não geram emprego. A Embraer, por exemplo, certamente paga bons salários a 500 ou 600 engenheiros. Mas isso é um pingo d'água no oceano do mercado de trabalho. Por isso, é preciso criar, paralelamente, o eixo social: fazer investimento público pesado em setores como saneamento, habitação, transporte.

O segundo conceito-chave da campanha é o mercado de consumo de massas?

Sim, e ele está ligado à própria luta para corrigir as injustiças sociais, que é na verdade a razão de existir dos partidos de esquerda. É preciso incorporar as grandes massas brasileiras a um padrão digno de consumo. O Estado pode agir em favor deste objetivo de duas formas. Primeiro, promovendo a elevação dos salários, o que se faz, por exemplo, reajustando o mínimo acima da inflação. Mas, do nosso ponto de vista, não se trata apenas de estimular o consumo privado. É preciso oferecer às maiorias serviços públicos de qualidade: energia elétrica, habitação, saneamento, transporte coletivo. Veja que a política tem coerência. Além de gerar empregos, os investimentos nestes setores permitiriam elevar o padrão material e cultural de vida da população.

Por que o plano original de governo não previa, desde o início, uma ruptura mais clara com o FMI e com a submissão do Brasil aos mercados financeiros?

Sabíamos que seríamos obrigados a enfrentar restrições, e tínhamos a idéia de afastá-las aos poucos, mas decididamente. Um primeiro problema é a transferência de recursos ao exterior, devido a nossa alta dívida externa e, principalmente, a nossa posição periférica nos mercados financeiros internacionais. Nossa economia foi tão fragilizada que não temos, por exemplo, condições de seguir o exemplo da Malásia. Ela estabeleceu durante um ano controle dos fluxos de capital e ob-

teve resultados notáveis, mas partiu de um superávit comercial expressivo. Outra restrição é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que restringe a capacidade de investimento do setor público. Julgamos que não era possível jogar no lixo o acordo com o FMI ou reformular a Lei de Responsabilidade Fiscal no Congresso, no primeiro momento. Tínhamos, contudo, consciência clara da necessidade de remover estes obstáculos, assim que a reorientação da política econômica começasse a apresentar resultados e ampliasse nosso capital político.

Estes objetivos estão hoje ameaçados?

No discurso que fez logo após ser eleito, chamado *Compromisso com a Mudança*, Lula reafirmou claramente a estratégia expressa no documento do Instituto da Cidadania e no programa de governo. Não acredito em teorias conspiratórias, mas acho que algo ocorreu no período da transição, entre a vitória e a posse. Decidiu-se caminhar pela chamada “linha de menor resistência”, o atalho onde, supostamente, despertaremos menos oposição dos adversários. É uma armadilha. Se não começarmos a trilhar o rumo da mudança no primeiro, nem no segundo ano, em que momento o faremos? pretextos para continuar fazendo concessões sempre haverá: agora é para aprovar as “reformas”, depois para as eleições municipais, depois para sempre.

O que há de errado com as reformas de Lula?

O ministério da Fazenda está adotando uma combinação de política macroeconômica ultra-ortodoxa e “reformas” estruturais. Acredita que o papel do governo é criar o ambiente econômico desejado pelo mercado, o que promoverá os negócios e o crescimento. Este plano não será capaz de realizar nosso projeto estratégico. Primeiro, porque, quando não dirigido, o mercado não promoverá o crescimento – muito menos na direção perseguida por nós. Segundo, devido ao próprio conteúdo das

“reformas”. São uma espécie de segunda geração de mudanças orientadas pelo “consenso de Washington”. O próprio governo Fernando Henrique não teve capacidade política para aplicá-las, porque o PT e os partidos de esquerda, na época cheios de razão, o impediram... E será que, feitas estas “reformas”, os mercados irão nos tratar de modo diferente? Quem garante que, depois de atendidos em suas vontades, eles não exigirão uma terceira geração de “reformas”?

O ministro Palocci tem apontado a queda do “risco-Brasil” como sinal do sucesso de sua política.

É um grande mito. A queda do “risco-Brasil” tem muito mais a ver com a conjuntura dos mercados financeiros internacionais que com as políticas adotadas aqui. Depois crise das economias asiáticas, em 97, houve seis ou sete ciclos de expansão ou contração de crédito em relação à periferia do capitalismo. A partir de outubro do ano passado, começou um ciclo de expansão. Devido às incertezas persistentes sobre a economia dos EUA, à queda das bolsas e à redução dos juros nas economias centrais, uma massa razoável de dinheiro rumou para a periferia, onde as taxas de juros são muito mais atraentes. Alguns países, como a própria Argentina, que se encontram em moratória, estão recebendo recursos novos. Por outro lado, é preciso entender também que os ciclos ocorrem num patamar de investimentos na periferia muito inferior ao que havia até 1997. Naquela época, os malchamados “emergentes” chegaram a reunir 15% do estoque global de investimento. O percentual caiu para apenas 7% em 2001, e estagnou neste ponto. O sabor da conjuntura vai e vem. O patamar se mantém. Você vai apostar num caminho que o leva a esquecer os próprios objetivos estratégicos, para tentar atrair estas migalhas?

Você vê condições para um retorno ao programa da campanha?

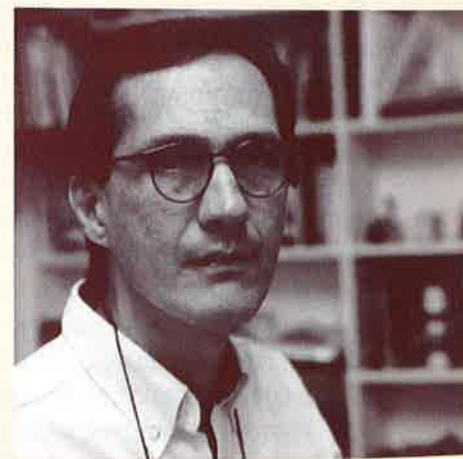
Dois fatores podem mudar a política econômica: uma crise internacional

ou, se ela não ocorrer, o desgaste muito provável do governo. Na primeira hipótese, a economia muda mais rápido, por necessidade. Na segunda, ela mudará, mas não sei se haverá tempo para corrigir. O governo perderá força política: haverá greves de funcionários, o desemprego continuará na faixa dos 20%, a violência urbana continuará explodindo, a economia não crescerá, a classe média ficará irritada. Vamos corrigir isso quando? Em 2005? Nesse caso, haverá tempo para evitar a volta das elites, em 2006?

Após a guerra dos EUA contra o Iraque, a cena política internacional mudou. Os Estados Unidos reafirmaram seu poder militar, mas perderam espaço político e respeito. Isso não poderia estimular um redesenho da arquitetura financeira internacional, hoje organizada em torno de Washington?

Esta é uma grande possibilidade, que não ocorrerá automaticamente: precisa ser construída. A hegemonia monetária do dólar não se baseia na suposta saúde da economia norte-americana. Os EUA são os maiores devedores do planeta. Têm um déficit externo de 5% do PIB: 500 bilhões de dólares por ano, quase o PIB brasileiro. Seu poderio vem de sua força política e militar. Em todo o mundo, as pessoas e os governos aceitam o dólar como moeda de reserva de maior confiança. E em torno do dólar, funciona um sistema internacional muito hierarquizado. Mesmo devendo tanto, os EUA têm uma moeda sobrevalorizada. Se autofinanciam, e compram mercadorias e serviços em todo o mundo a preços baratos. O dólar caro, e funcionando como moeda única, é uma espécie de tributo imposto ao resto do mundo: é o imposto do Império. Se a geopolítica mudar, surgirão condições para que esta arquitetura financeira também mude. E nesse caso, as regras poderão ser outras. As de hoje, baseadas na liberdade total do dinheiro, favorecem a grande potência e o modelo de ultraconcentração de riquezas que ela patrocina.

“ É preciso oferecer às maiorias serviços públicos de qualidade: energia elétrica, habitação, saneamento, transporte coletivo. Além de gerar empregos, os investimentos nestes setores permitiriam elevar o padrão material e cultural de vida da população ”



Uma nova identidade para o Brasil

A terceira Bienal da UNE foi um espaço de invenção, reflexão, experimentação e elaboração de uma nova identidade nacional, mais dinâmica e criativa, capaz de ajudar a fazer com que o Brasil cumpra seu destino nos tempos contemporâneos

*Por Ana Petta e
Ernesto Valença*

A 3ª Bienal da UNE não marcou apenas a continuidade de um trabalho iniciado há mais de quatro anos. Marcou a consolidação definitiva da necessidade e da possibilidade de desenvolver um movimento cultural no Brasil contemporâneo. Os desafios e obstáculos a esse movimento são tão grandes quanto originais, colocando a precisão de uma contínua reflexão a cerca dos rumos a serem tomados. Ninguém pode dizer exatamente como ele se desenvolverá, mas algumas características se fizeram aflorar no evento de Pernambuco e, acima de tudo, um nome pairou insistentemente como instrumento para viabilização desse movimento: CUCA da UNE.

A terceira edição do evento consolidou o que na segunda se apresentava apenas como potencial: a Bienal da UNE é, hoje em dia, o maior encontro cultural da juventude do Brasil. Nenhum outro evento no país, que tenha a produção

científica e cultural da juventude como centro e que tenha prioritariamente jovens como organizadores, alcança as mesmas dimensões da Bienal da UNE. O número de trabalhos apresentados, de debates teóricos, de artistas convidados, de intelectuais envolvidos, de grandes artistas, tudo impressiona na 3ª Bienal. Se só isso não bastasse, outras características são importantes para verificarmos o avanço do tratamento da questão cultural no movimento estudantil.

O espaço democrático que foi a Bienal é uma dessas características. As mais variadas opiniões sobre arte e cultura se fizeram presentes nas diversas mesas de debate do evento. Todas foram recebidas como contribuições que certamente serão aproveitadas posteriormente. Mas nada é tão exemplar nesse sentido como um fato acontecido na mostra de artes visuais. Um estudante solitário expunha, nas escadarias de acesso à mostra oficial, um quadro de

sua autoria com uma faixa onde se podia ler a frase "obra rejeitada pela comissão de organização da Bienal". E lá ficou durante toda a Bienal, compartilhando do mesmo público da mostra oficial. Mesmo sem entrar no mérito da questão, se a obra "merecia" ou não estar na mostra, um fato precisa ser celebrado: que outra mostra de artes, nesse país ou em qualquer outro, permitiria tal tipo de manifestação? Só na Bienal da UNE mesmo.

Diga-se de passagem, a mostra de Artes Visuais merece uma nota especial. O nível dos trabalhos apresentados era altíssimo. Ela poderia estar presente em qualquer sala de exposição do país sem problema algum, o que só demonstra o crescimento do trabalho artístico dos universitários, bem como o empenho dos organizadores em realizar uma exposição bastante complexa.

Sem dúvida alguma, os pontos altos da 3ª Bienal foram as presenças de





duas das mais importantes figuras do pensamento cultural brasileiro: Ariano Suassuna e Gilberto Gil. Suassuna continua sendo o velho armorial de sempre. Expôs, durante sua aula espetáculo, boa parte de suas opiniões sobre a necessidade de valorização da cultura brasileira, capaz de se desenvolver com seus meios próprios e de maneira original. O Movimento Armorial está vivo, isso ficou claro pela calorosa recepção do público, jovem em quase sua totalidade, e continua sendo a mais original tentativa de criação de uma cultura erudita legitimamente brasileira. (Esse é um feito notável do qual devemos tirar muitas lições. Se vivemos mesmo em um período pós-moderno, onde as fronteiras entre o erudito, o popular e a cultura de massas parecem desaparecer, o Movimento Armorial figura como sendo uma das primeiras tentativas de destruir tais barreiras. Talvez por isso mesmo ele mantenha enorme contemporaneidade).

A presença de Gilberto Gil importa

não só pelo valor indiscutível do músico completo e da referência para a cultura brasileira que é, mas por que marca um novo período das relações entre o Governo Federal e a UNE. Há muito tempo um ministro não participava de uma atividade da UNE com essas dimensões. Gilberto Gil fez um discurso destacando o acerto da UNE em escolher o tema da Cultura Popular, levantando como exemplo o próprio Tropicalismo e afirmando sua confiança na renovação da cultura brasileira através das trocas e mesclas culturais as mais diversas com outros povos.

Entre as posições de Ariano Suassuna e Gilberto Gil ficou claro um mundo de diferenças. (Basta citar um pequeno detalhe da fala dos dois: o primeiro atacou a introdução da guitarra elétrica na música brasileira como algo deformador, o segundo defendeu sua presença como elemento inovador. Ninguém podia esperar por isso, mas a 3ª Bienal da UNE reavivou o antigo debate sobre a presença da guitarra na música brasileira!) Acreditamos, pessoalmente, que o movimento estudantil ainda vai precisar de um tempo para encontrar uma necessária síntese entre as duas posições, articulando uma opinião original e própria sobre a cultura brasileira.

Alguns outros momentos ainda poderiam ser apontados como importantes na 3ª Bienal. A abertura que, ao contrário das duas outras edições, foi preparada especialmente para o evento, a presença de artistas como Mestre Salustiano, Selma do Coco, a Banda de Pífanos dos Irmãos Anacleto, do Crato, todo o lado C e seu aprofundamento na relação com as comunidades de Pernambuco, as apresentações de Mundo Livre S.A., Alceu Valença e a grandiosa finalização (isso em baixo de chuva, hein!) com o Cordel do Fogo Encantado. Sem esquecer de um sem número de artistas universitários que foram, no final das contas, a parte mais importante da Bienal. A presença de todos eles no evento prova, ao contrário do que alguns levantaram, que a visão da UNE sobre Cultura Popular pode ser tudo, menos "folclorista" (seja lá o que, com isso, esses "alguns" queriam dizer!). Cada um

desses artistas merecia um artigo próprio, o que é impossível no momento.

Para finalizar, é preciso ainda falar da importância que o CUCA assumiu nessa Bienal. É espantoso verificar que, em apenas dois anos, a idéia de um circuito universitário articulado por centros culturais dirigidos prioritariamente por estudantes teve um crescimento inimaginável. O CUCA foi uma presença constante na 3ª Bienal da UNE. Praticamente todos os debatedores fizeram sugestões sobre seu funcionamento, o ministro Gilberto Gil colocou o Ministério em completa disposição ao projeto, uma quantidade muito grande de estudantes teve seu primeiro contato com a idéia. Esse avanço, ninguém pode desprezar.

É verdade que alguns pontos fracos podem ser levantados, e é bom que o sejam. O Espaço CUCA não funcionou a contento. Para a próxima Bienal vamos precisar de muitos espaços alternativos como aquele. A 3ª Bienal também não foi construída pelos CUCA's dos vários estados, como tínhamos imaginado na 2ª. Mas a partir dessa edição não existem motivos para a 4ª Bienal não o ser. O que se pode verificar, de qualquer ângulo que se queira olhar, é que "a 3ª Bienal da UNE marca não só a reafirmação do projeto CUCA, mas a constatação de que ele deixa de ser só um sonho para tornar-se realidade", como diz certo trecho do manifesto lançado no final do evento.

Finalmente, a 3ª Bienal da UNE deixa a mais importante lição para o movimento que queremos criar. O Brasil é um país em constante reinvenção, tendo dado recentemente um importante passo nesse sentido. O perfil dos centros culturais universitários está colocado: os CUCA's devem ser espaços de invenção, reflexão, experimentação e elaboração de uma nova identidade nacional, mais dinâmica e criativa, capaz de ajudar a fazer com que o Brasil cumpra seu destino nos tempos contemporâneos. Uma peleja grandiosa que jamais cumpriremos sozinhos. Mas para quem realiza um evento como a 3ª Bienal, refazer o Brasil deixa de ser apenas possível: passa a ser obrigação.

O encontro do Brasil consigo

Leia o manifesto apresentado pelo Cuca à 3ª Bienal da UNE

Chegamos ao final da 3ª Bienal da UNE. Durante sete dias estivemos procurando o que é ser brasileiro, tentando descobrir o que faz de nós, nós mesmos. A Cultura Popular foi nosso ponto de partida, nosso farol aceso, nossa bandeira erguida. Somos encantadoramente múltiplos e criativos, num emaranhado tão enorme de manifestações que fica difícil chegar a alguma conclusão. Tentamos verificar se existe mesmo um sentido para o Brasil, uma razão de ser, um motivo para que todos nós nos reconheçamos como um mesmo povo-nação apesar das intensas diferenças e conflitos. A Bienal foi espaço de contar, recontar e inventar nossa história de desencontros, mas o Brasil não se apega a passados imemoriais. Nossa dimensão mais rica centra-se na construção do futuro.

Nada parece conseguir explicar o milagre da unificação desse país em meio a tamanha diversidade. Nunca fomos pensados para ser uma nação dona do próprio destino, o projeto que nos impuseram nos reservava a perspectiva de ser eternamente uma colônia fornecedora de mão-de-obra barata, apta no máximo a ser desgastada sem maiores reclamações. Esse projeto foi sendo frustrado pouco a pouco, à medida que íamos ocupando a imensidão das terras. Em cada ponto do país o brasileiro foi tomando um perfil, adaptando-se a sua realidade, modificando o seu redor, criando um novo motivo para se viver. Trajetória construída sob o fogo de guerras extraordinárias, que iam amarrando uma ponta do Brasil a outra, e que nos

falam um pouco do espírito de que somos feitos. Cabanos, Palmares, Canudos, são exemplos de nossa capacidade de revolta contra a opressão. Opressão que prossegue e que por isso nos faz um povo em constante estado de conflito.

Assim nos fizemos uma cultura de retalhos, múltipla, híbrida e extraordinariamente diversa, um amontoado de gentes desencontradas, mestiças na carne e no espírito. Porque não nos deixaram ser índios, porque não nos deixaram ser portugueses, porque não nos deixaram ser africanos, não éramos nada e éramos, todos, apenas ninguém. Só nos tornamos brasileiros, esse gênero humano novo e diferente de tudo quanto possa haver no mundo, pela criatividade, pelo esforço de agregar algum significado à nossa existência que parece ainda sem um sentido. Aqui, nada permaneceu puro, tudo foi e é re-elaborado para nos fazermos o que somos. E apesar do muito que já construímos, continuamos a ser um povo a procura de nós mesmos.

É essa criatividade que faz das nossas artes, populares ou não, uma pulsante fonte de vivacidade. Quem soube aproveitar a Bienal pôde perceber com clareza a vitalidade dessa produção, perceber que cultura popular não é coisa do passado, mas se faz eternamente no presente, que as fronteiras entre o popular e o erudito se mesclam cada vez mais e que, mesmo quando o interesse do artista não se liga diretamente a uma estética popular, a essência particular do brasileiro permanece latente. Toda essa produção nos faz pensar que nem mesmo a miopia de governantes e elites explica a falta de investimentos diretos



mesmo

e a transferência da responsabilidade do fomento cultural para a iniciativa privada. Se não é miopia é porque ainda somos pensados por nossas elites para continuarmos sendo um povo submisso.

Tem crescido muito ultimamente a idéia de vincular a questão cultural com a melhoria das condições de vida da população. Vários são os projetos culturais, governamentais ou não, que se justificam como forma de combater a violência, por exemplo. Não é de se estranhar. Num país com tamanhas desigualdades, toda movimentação no sentido de amenizar as desigualdades é bem-vinda e a cultura não pode se furtar a esse papel. Toda atividade cultural deve se dirigir diretamente à realidade em que se encontra. No entanto, justificar uma atividade cultural exclusivamente pelo que ela pode fazer de bem a uma comunidade tem criado certas distorções. Defendemos que, antes de tudo, é preciso que as profundas diferenças sociais brasileiras sejam eliminadas para que a produção cultural do seu povo possa florescer em sua totalidade. O sentido é exatamente o inverso.

Acreditamos que este seja um momento muito favorável ao projeto dos CUCA's. Há exatamente dois anos apenas a idéia de se constituir um circuito universitário de cultura e arte, através de centros culturais espalhados pelo Brasil, ligados às entidades estudantis e dirigidos por estudantes, tomava corpo. É espantoso verificar como surgiram e se proliferaram enormemente os CUCA's, numa quantidade surpreendente para tão pouco tempo. Alguns deles contam não só com sede própria como começam a se equipar com projetores, salas de apresentações e equipamento de som. As condições para a concretização do circuito estão mais materializadas do que nunca. A 3ª Bienal da UNE marca não só a reafirmação do projeto

CUCA, mas a constatação de que ele deixa de ser só um sonho para tornar-se realidade.

Abastecidos pela experiência desta Bienal, já podemos traçar um perfil para o Circuito Universitário de Cultura e Arte. Este é o espaço de quem se identifica com seu povo, de quem sabe que por baixo da aparente anarquia de nossa formação esconde-se um significado para o Brasil, que não basta fazer o discurso da pluralidade cultural brasileira, mas que é preciso expor e denunciar as ideologias que nos querem eternamente atrelados a interesses alheios e impedem com que nossa cultura cumpra seu sentido histórico.

Que significa dizer que "este é o momento do encontro do Brasil consigo mesmo"? Vivemos em um tempo de intensas transformações e tensões mundiais, em que a vida e a história parecem correr a velocidades alucinantes, em que a humanidade caminha para um futuro cada vez mais inimaginável, um tempo de mentiras, onde o contato cada vez maior entre as diferentes culturas tem levado a intolerâncias, medo e guinadas para coisas totalmente ultrapassadas. Se estes senhores do mundo tivessem conhecimento de nossa história, saberiam que precisam ser muito mais audaciosos. O muito de miséria e desigualdade que o Brasil carrega esconde o muito de exemplo que temos a oferecer. A lição do Brasil é aceitar o desafio da mistura, aceitar a idéia de que não somos puros e que isso não é o entrave, mas a condição para construir uma humanidade feliz. Esse é o sentido do encontro do Brasil consigo mesmo. Este é o tempo do Brasil cumprir seu ideal.

Recife, Pernambuco, Brasil.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e três.

A Bienal do novo tempo

A 3ª Bienal de Cultura e Arte da UNE trouxe arte, experimentação, debate e a afirmação do movimento em defesa da cultura popular e da diversidade cultural

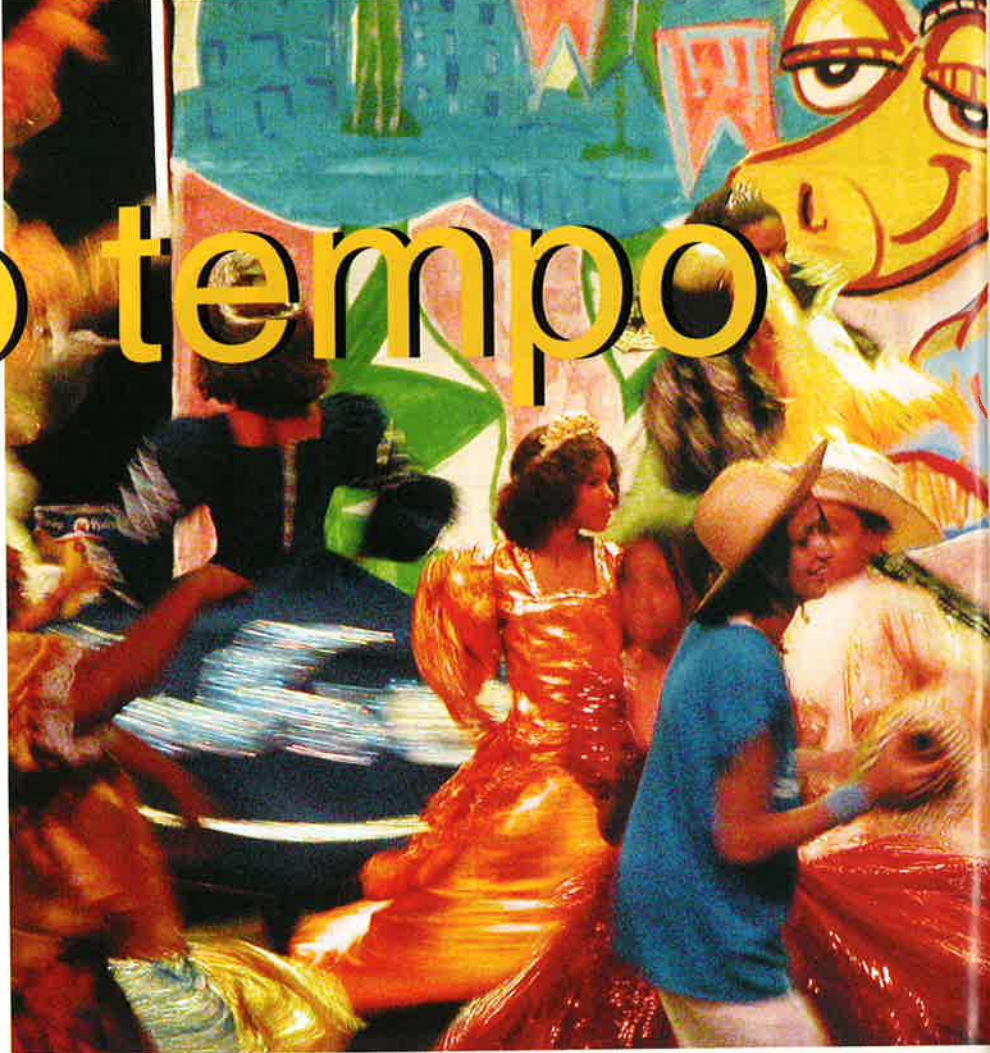
Por Gisela Mendonça*

Quando os mais de dez mil estudantes que participaram da última Bienal em Recife, durante uma semana quente de fevereiro, deixaram a cidade, deixaram também ali as marcas de um movimento que cresce a cada dia. Desde a primeira Bienal, foram muitos os avanços na organização dos Circuitos Universitários de Cultura e Arte, no debate sobre os rumos da cultura no Brasil e, em especial, da defesa da diversidade cultural.

Pela primeira vez, estiveram participando dos debates da Bienal dois ministros: Gilberto Gil, da Cultura, e Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia. Sinal claro dos novos tempos, em que os brasileiros elegeram um governo comprometido com as mudanças essenciais para um novo projeto de desenvolvimento para o país. E a cultura, evidentemente, parte definitiva da nossa identidade nacional, não está fora desse projeto.

Os estudantes, que deram sua colaboração definitiva para essa grande vitória do país, mostraram na Bienal que podem também participar dessa grande mudança, também na cultura.

* Com reportagem do *Estudantenet*



Abertura com pífanos, balé, hip hop, maracatu e Selma do Coco



Mostra de artes visuais: uns dos pontos altos



Os tradicionais bonecos do Carnaval de Olinda marcaram presença



Foi uma alegria muito grande pra mim participar

da Bienal da UNE, porque eu começo a notar na juventude brasileira uma posição muito boa diante da defesa da cultura popular.

Ariano Suassuna, escritor



A UNE tem se preocupado mais com a dimensão política da cultura; tem visto a cultura como um processo de construção democrática da cidadania e de criar uma perspectiva de transformação da sociedade. Essa idéia dos CUCA's e do restabelecimento de um circuito universitário me parece uma coisa fundamental, porque foi justamente esse circuito universitário que, na década de 60, fazia não só com que as linguagens e as diversidades pudessem se integrar fazendo um intercâmbio, mas, também, criar um debate de idéias em torno da questão cultural.

Sergio Mamberti, ator, secretário de Artes Cênicas e Música do Ministério da Cultura



Teatro universitário: mostra na rua



As oficinas foram espaço de experimentação



A culturata agitou Olinda



Debates polêmicos foram a marca da Bienal

Eu acho da maior importância você poder discutir cultura, unir os estudantes. Essa coisa bacana de você poder trazer gente do Brasil inteiro. O Brasil são vários Brasis. Isso é muito legal porque cada um tem uma experiência, uma realidade cultural típica. Discutir a cultura popular é da maior importância, principalmente nesse momento em que a gente está fazendo uma varredura do Brasil, de como ele está e como a gente gostaria que ele fosse.

Paulo Miklos, músico



Eu acho sensacional essa idéia, pena que não é anual. Todas as tentativas de aproximar pessoas de vários lugares em torno da cultura, de debates e de diversão são necessários. Um evento que reúne as pessoas em torno de varias coisas diferentes é o que mantém viva a cultura popular.

Soninha, jornalista



Na mostra de música, as bandas universitárias deram show



Milhares de estudantes foram discutir os rumos da Universidade

Estar aqui me faz muito bem, em 79 houve um congresso da UNE e eu ainda estava na universidade, muitos presentes foram presos... Quer dizer, nos proibiram de nos expressar há vinte anos e hoje existe uma Bienal da UNE feita justamente para que pensamentos e reivindicações possam ser feitos. É bonito ver a UNE aí, é uma prova de que a democracia está se firmando no Brasil. Eu espero que os estudantes aproveitem esta oportunidade e se 'unam' à UNE.

Alceu Valença, músico



Eu queria dizer que é muito gratificante estar aqui, porque meu trabalho dialoga totalmente com esse tipo de evento. Eu não esperava encontrar esse mundo, essa energia toda, essa coisa de trazer a arte para a vida. Você tira a arte dos shoppings, dos multiplex, e traz para o debate, para o calor humano. Aqui tem a ebulição do pensamento da nova geração.

Eryk Rocha, cineasta, diretor de Rocha que Voa



É bacana ver que a UNE agora chegou de novo, recompôs seu trabalho e ocupa um espaço compartilhado com muita gente, não só na área estudantil, que tem suas iniciativas múltiplas, mas, também, com outras áreas. O desenvolvimento da visão humana no país, nos últimos 30 anos, deu essa possibilidade. Então é bonito ver a UNE numa rede, sendo um dos pólos dessa rede e podendo ser, até, o fundamental.

Gilberto Gil, ministro da Cultura





Livros, discos & afins

O sertanejo que escreveu sobre a alma do Brasil

Reedição lembra 50 anos sem Graciliano Ramos, e traz de volta às livrarias obras essenciais da literatura brasileira

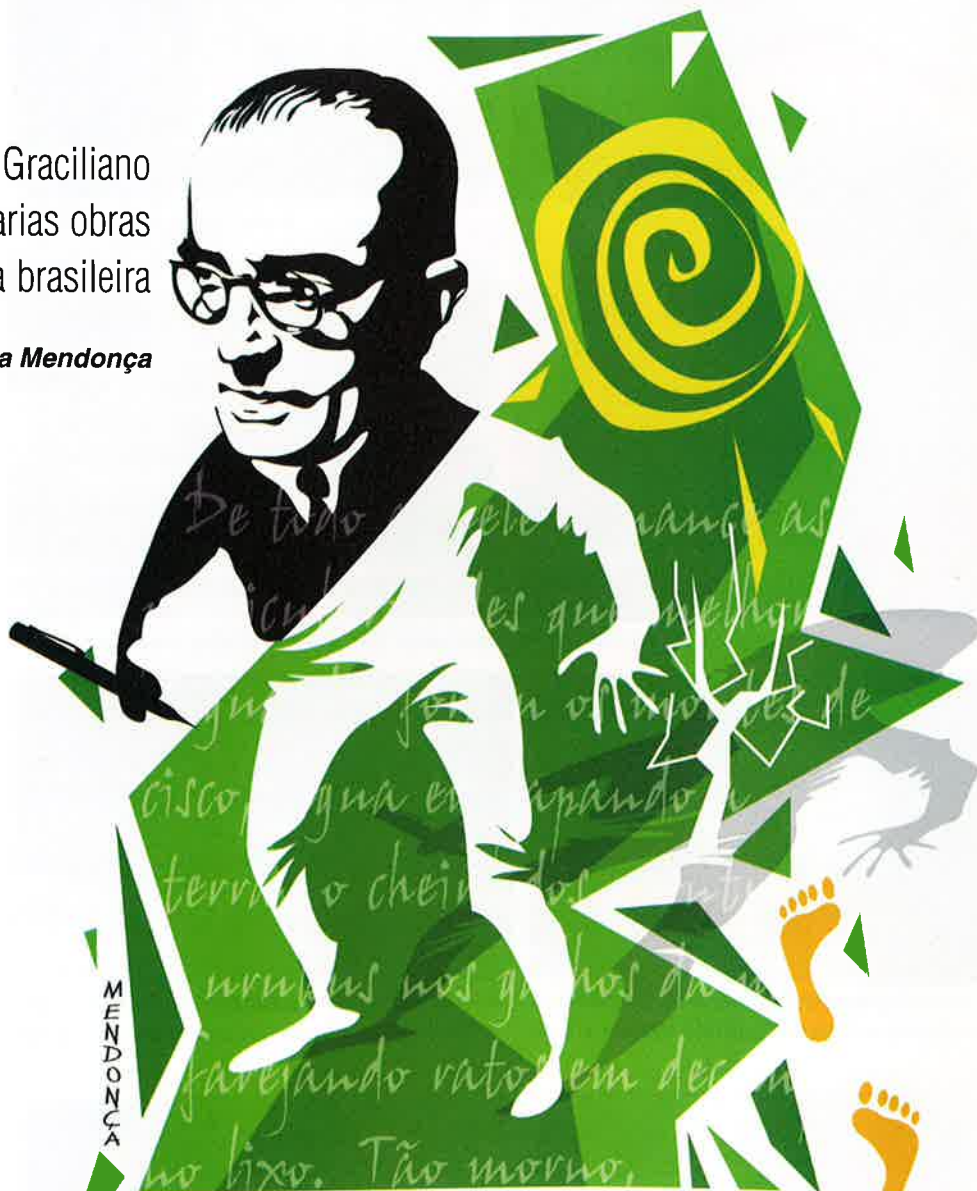
Por Gisela Mendonça

“Comedido, enxuto, implacável consigo mesmo, direto na forma, Graciliano era um ousado de porte e viria, pelo talento e pela contundência, revelar ao país, com força irresponsável e nunca demagógica, a consciência da miséria e atirar de frente às chamadas elites, a notícia funda da existência de brasileiros de vidas secas”. Esse testemunho do escritor João Antonio resume bem a importância da obra literária de Graciliano Ramos para o país.

Este ano, quando a morte do escritor alagoano completa 50 anos, a editora Record decidiu reeditar a obra de Graciliano. Neste primeiro semestre, chegam às livrarias *Vidas Secas*, *São Bernardo*, *Infância* e *Insônia*. No segundo semestre está previsto o relançamento de *Viagem*, *Caetés*, *Angústia* e *Linhas Tortas*.

Graciliano Ramos é um escritor fundamental para quem pretende, com a literatura, aprender um pouco sobre o Brasil e os brasileiros, além de extrair dos livros o grande prazer da leitura. Graciliano oferece os dois – uma construção primorosa de personagens, numa narrativa de pouquíssimos adjetivos, e apresenta a dilacerante situação social do sertão.

O escritor nasceu em Quebrângulo,



interior de Alagoas, região onde a água era pouca e a fome, muita. O rigor do ambiente em que cresceu e viveu deixou marcas profundas na sua vida e na sua obra. Ele dizia, num auto-retrato escrito em 1948, que não gostava de vizinhos, odiava a burguesia e adorava palavras escritas e faladas. Em seu livro *Memórias do Cárcere*, ele descreve a ex-

periência da prisão durante o Estado Novo, graças à militância comunista. Em *Infância*, ele conta que “meu pai não tinha vocação para o ensino, mas quis meter-me o alfabeto na cabeça. Resisti, ele teimou, e o resultado foi um desastre”. Palavras modestas de um sertanejo que captou a alma do Brasil e a escreveu em livros primorosos.



Livros, discos & afins

Desde que o samba é samba



Por Gabriela Moulin

*Agora vou
mudar minha
conduta
Eu vou pra luta,
Pois eu quero
me aprumar*

Noel Rosa

As batucadas que unem o paulista Adoniran Barbosa e o carioca Noel Rosa – esta é a revelação do CD *180 Anos de Samba, Adoniran e Noel* (gravadora Eldorado). O disco em homenagem aos dois sambistas foi gravado em um show ao vivo no Teatro do Sesc Vila Mariana, em São Paulo, com a participação do grupo MPB-4, dos cantores Roberto Silva e Luiz Tatit e do grupo feminino Vésper Vocal.

Os dois artistas nasceram em 1910 e, em 2001, quando cada um deles completaria 90 anos, foi prestada esta homenagem aos seus 180 anos de vida somados.

Adoniran e Noel escolheram o samba para cantar e contar de suas cidades e seus lugares queridos – o Bexiga, em São Paulo, e a Vila Isabel, no Rio de Janeiro, respectivamente.

Os dois começam a compor no final dos anos 20, início dos anos 30 – tempo de grandes mudanças políticas e culturais no país. E é neste clima que o samba urbano se desenvolve com mais força, misturando as novas influências culturais moder-

nas com a cultura africana dos ex-escravos, agora habitantes dos subúrbios das grandes cidades.

Noel começa a compor em 1929, emplacando logo o grande sucesso *Com que Roupa*. A carreira de Adoniran deslancha quando ele, em 1933, vence o concurso do Programa de Calouros de Paraguaçu, na rádio Cruzeiro do Sul, interpretando a música *Filosofia*, de Noel Rosa. A carreira dos dois segue rumos distintos e Noel morre precocemente, aos 27 anos, depois de levar uma vida de boemia.

A escolha do repertório do disco tenta contar um pouco desta história e da ironia e do humor dos dois compositores. Há interpretações primorosas como as do quarteto MPB-4 cantando *Abrigo de Vagabundos*, de Adoniran, e *Gago Apaixonado*, de Noel. O disco tem catorze canções e inclui as famosas, e não por isso menos belas, *Trem das Onze*, *Filosofia* e *Palpite Infeliz*.

O projeto foi baseado no belo trabalho de pesquisa do pesquisador da MPB e professor da Universidade Federal do Ceará, Dilmar Miranda.



O guerreiro contador de histórias

O escritor **Ariano Suassuna**, autor de peças, como *Auto da Compadecida*, e livros centrais para a literatura brasileira, foi, talvez, a maior sensação da 3ª Bienal da UNE. Com seu humor, seus conhecimentos de erudito e de popular, seu amor pela cultura brasileira, ele atraiu mais de três mil estudantes para sua aula-espetáculo. Foi depois desse ponto alto da Bienal que ele concedeu essa entrevista a **Movimento**. Aqui, o grande escritor, o pregador e guerreiro da cultura popular fala sobre os jovens, o país e os rumos da cultura brasileira.

Como bom contador de história que é, faz rir e emociona

Por Renata Mielli

Qual a importância de um evento como a Bienal da UNE para esse novo momento da vida política do Brasil, quando se busca a reafirmação da identidade nacional?

Acho isso de uma importância enorme. Eu sou um historiador, um escritor, portanto um contador de história. Então vou contar um fato que aconteceu comigo esta semana. Eu estava caminhando na rua e fui parado por um entregador de farmácia, um rapaz negro, que anda naquela bicicleta entregando remédio. Ele me reconheceu, me parou e disse que tinha visto uma entrevista que dei a Roberto Dávila, na rede Cultura. Ele me disse: "Eu gostei muito do que o senhor disse sobre o negro Benedito". Foi um espetáculo de mamulengo que eu vi quando menino. Até aí está explicado. Mas repare o que ele disse depois: "Mas o que eu mais gostei na sua entrevista foi aquele poema que o senhor disse de uma escultura no deserto". É um poema de Shelley, poeta inglês, que nem toda pessoa de classe média é capaz de apreciar. Pois bem, dizem que o

jovem e o povo não gostam do que é bom. Capiba (*músico pernambucano*) ficava indignado quando diziam que cachorro só gosta de osso. Ele disse: "Só dão osso ao cachorro, e dizem que é doido por osso; ele é doido por comida, como todo mundo. Bote um filé e bote um osso, pra ver o que ele escolhe..." O que ocorre é que no Brasil, da maneira como está sendo organizada a sociedade, não deixam a juventude entrar em contato com o filé. Tanto a juventude como o povo têm bom gosto, mas podem ter o gosto distorcido por essa lavagem cerebral que recebem. Então eu vejo esse encontro da UNE como um grande passo no sentido da valorização da cultura brasileira e para mim, pessoalmente, esse velho guerreiro, é um grande alento na minha luta em favor da cultura brasileira.

A participação do jovem hoje é maior do que há dez anos?

Muito maior. Estou notando, com muita alegria, que o povo brasileiro está readquirindo sua auto-estima. Há dez anos atrás o povo brasileiro parecia certo de que



a língua brasileira era de segunda ordem e ele próprio era um povo de segunda categoria.

Você falou muito na defesa da língua portuguesa, na sua aula. O que o senhor acha que o governo brasileiro pode fazer para preservar nossa língua?

Já existe um projeto, do deputado Aldo Rebelo, que é meu amigo. Essa é uma coisa que até me preocupa, pois dizem que quem tem idéia fixa é doido, e eu tenho uma idéia fixa da peste. Eu acho que isso deve ser apoiado. Inclusive para evitar ridículo. Outro dia eu passei numa rua, perto de minha casa, no Recife, e estava escrito "Macambira's Center". Macambira é um vegetal digno, sertanejo, meu conterrâneo. Vai botar Macambira's Center? Eu estou aposentado da universidade, e outro dia encontrei um professor e ele disse pra mim: "Você está aposentado?" Eu disse: "Estou". E ele disse pra mim: "Mas você ainda está produzindo *paper*?" Eu digo: "O que é rapaz?" "Produzindo *paper*". Eu digo: "Eu sou de produzir *paper*? Sou um homem sério". Já pensou, produzir *paper*? Que coisa ridícula, triste, o país abdicar de sua língua, de seus valores culturais... É uma coisa triste e perigosa. A gente pode ser absorvido facilmente.

O senhor acha que a eleição do Lula pode contribuir para retomar a auto-estima do povo brasileiro e incentivar a produção da cultura popular?

Já reafirmou, já começou a ajudar. A tarefa de Lula é insana, porque ele pegou uma herança horrorosa e o que todos nós esperamos dele é que ele transforme essa democracia que está aí, que é apenas jurídica, em uma democracia econômica e social. Mas o simples fato de ele ter sido eleito é um acontecimento histórico que representa uma virada. Machado de Assis dizia que no Brasil existem dois países diferentes – o país oficial e o país real. Ele dizia que o país real é bom, revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e burlesco. Com a eleição de Lula, tivemos pela primeira vez a eleição de um homem do Brasil real. Imagine se ele tivesse sido eleito na primeira, a Vale do Rio Doce não teria sido en-

tregue, imagine como seria importante.

Com essas aulas espetáculo o senhor acha que os alunos podem se interessar mais pela cultura popular?

Eu não sei, eu criei as aulas espetáculo para isso. Quando doutor Arraes me convidou para ser secretário de cultura, eu tive muita reserva porque eu sou fundamentalmente um escritor. Mas eu aceitei porque eu resolvi fazer da secretaria de cultura do governo de Pernambuco uma alavanca para defender a cultura brasileira, a vida nacional. Então eu criei a aula espetáculo e saí do Rio Grande do Sul até o Ceará. Acho que, de qualquer maneira, despertei algo, sempre teve uma receptividade enorme.

A tradição oral da cultura popular é suficiente para enfrentar essa indústria cultural, a massificação dos veículos de comunicação, para conseguir sobreviver?

Sozinha, não; precisa de ajuda. Agora, ninguém brinque com ela não. Outro dia eu vi na televisão, chamaram o pobre de um autor de rap, um *rapista*, pra cantar com um embolador nordestino. Mas menino, no fim eu estava com pena do *rapista*, ele levou uma pisa... Ninguém brinque com ele não, eles são danados. Mas precisa de ajuda, se não morre de fome.

A cultura popular tem dificuldades de ser veiculada pela mídia. Existiria uma forma de democratizar meios que possibilitem essa veiculação?

Eu acho que o Estado tem um papel fundamental. Como fazer exatamente, eu não sei. Eu sou um escritor, só entro nessas questões por falta de outras pessoas, o certo era eu ficar em casa escrevendo. Mas acho, com essa pequena experiência que tive como secretário de cultura, que o Estado tem um papel importante de suprir essa lacuna. As televisões querem saber é do que dá lucro. Não querem saber se tem bom gosto, se é bom para o povo brasileiro, aquele *Big Brother* é uma degradação. Mas as televisões são concessionárias do Estado, acho que tinha um jeitinho da gente dar uma pressão para botar coisa boa. O que falta é vontade política.



No Brasil
a luta dos
estudantes
tem endereço.

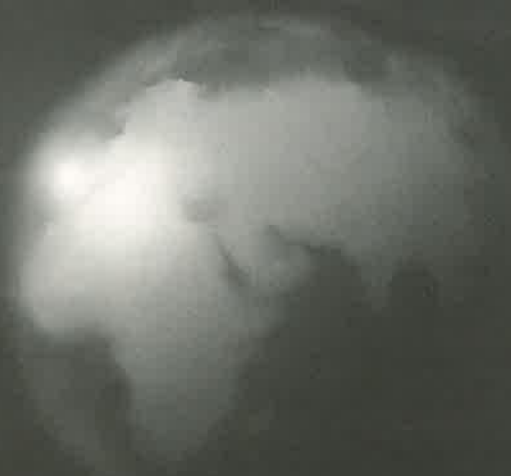


estudantenet

Site Oficial **UNE** e **UBES**



www.estudantenet.com.br



**União Nacional
dos Estudantes**